

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

WELINE MORAES PEREIRA

EMPREENDEDORISMO RURAL: um propulsor da agricultura familiar na geração de renda e desenvolvimento local nas populações rurais de São José de Ribamar.

São Luís
2016

WELINE MORAES PEREIRA

EMPREENDEDORISMO RURAL: um propulsor da agricultura familiar na geração de renda e desenvolvimento local nas populações rurais de São José de Ribamar.

Monografia apresentada ao curso de Administração da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção de grau em bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Ms. José de Ribamar Silva Morais.

São Luís

2016

Pereira, Weline Moraes

Empreendedorismo rural: um propulsor da agricultura familiar na geração de renda e desenvolvimento local nas populações rurais de São Jose de Ribamar / Weline Moraes Pereira– São Luís, 2016.

70f

Monografia (Graduação) – Curso de Administração, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

Orientador: Prof. Me José de Ribamar Silva Morais

1.Empreendedorismo rural. 2.Agricultura Familiar. 3.Geração de renda. 4.Desenvolvimento local. I. Título

CDU: 631:330:34(812.1)

WELINE MORAES PEREIRA

EMPREENDEDORISMO RURAL: um propulsor da agricultura familiar na geração de renda e desenvolvimento local nas populações rurais de São José de Ribamar.

Monografia apresentada ao curso de Administração da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. José de Ribamar Silva Morais
(Orientador)

Prof^a Esp. Francisca Elany Régia Sousa

Prof. Esp. Inácio Ferreira Façanha Neto

Dedico toda a satisfação de ter concluído este trabalho, a Deus, à minha família, aos meus amigos e a todos que contribuíram e acreditaram em mim, em especial, a todos os agricultores familiares que batalham todos os dias para melhorar sua realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de qualquer coisa a meu Deus, minha maior referência e inspiração, por ter me sustentado e firmado minha fé me dando livramento, proteção e força em todos os momentos e nas situações mais difíceis da minha vida. É a ELE que eu dedico toda a minha gratidão pela oportunidade de fazer uma faculdade que eu tanto desejei e por todo o aprendizado adquirido.

Agradeço a minha família, minha base, meu porto seguro. Pelas vezes que voltei para casa cansada e ouvi uma palavra de ânimo, senti seu aconchego ou recebi um carinho. Agradeço a meus pais Maria Bárbara Moraes e Leomar Cardoso Pereira por todos os sacrifícios e por terem aberto mão de tanta coisa para dar o melhor para mim e meus irmãos. Pelo amor incondicional, pelas orações, pelo cuidado que por várias vezes achei desnecessário, mas que foi preciso para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje. Aos meus irmãos e irmãs Núbia Moraes, Vanubia Moraes, Gilvan Moraes, Claudiane dos anjos, Maria da conceição, Edinaldo dos anjos, Délia dos santos e Nelia Moraes.

Deixo meu muito obrigado a todas as pessoas que fizeram parte da minha jornada na UEMA. Em especial as amigas que Deus me presenteou para juntas passar por inúmeras dificuldades, conquistas e alegrias: Amanda Maísa Neves Carneiro, Jessica Valéria Serra, Thalita Azevedo Valente e Natylla Isabel Martins Ferreira. Juntas nós vivemos 4 maravilhosos anos, realizamos sonhos, vivemos aventuras, nos tornamos irmãs, amigas, companheiras e cúmplices pra vida toda. Não posso deixar de mencionar outras pessoas tão importantes quanto, que me fizeram viver momentos inesquecíveis, que me aconselharam, me fizeram dar risada de tudo e nada ao mesmo tempo. Meus amigos Jorge Fernando, Karla Angélica, Mariana, Bruna Caroline, Frank James, Letícia Rolland, Amanda Karoline, Felipe Gustavo, Jailson Prata, Neudiane Rodrigues e a todos que fizeram parte da turma 2012.2.

Agradeço com todo o meu coração a meu amigo Gregório Valdivan, assessor de crédito que tive o prazer de conhecer durante meu estágio no Banco do Nordeste do Brasil. Agradeço pela ajuda, pela disponibilidade, pela paciência e por todo apoio desde o momento em que começamos a trabalhar juntos até o desenvolver da minha pesquisa. Também faço um agradecimento especial a toda

equipe do programa Agro amigo São Luís, pessoas incrivelmente especiais com as quais aprendi muito e de onde brotou a ideia de trabalhar empreendedorismo rural, a partir do contato que tive com agricultores familiares por meio do estágio.

Ao meu orientador, o professor José de Ribamar Silva Morais pela disponibilidade de me guiar durante a realização desta pesquisa, me direcionando e corrigindo meus equívocos. Meus sinceros agradecimentos também a professora Lúcia Helena, que muito me ajudou no decorrer deste trabalho, além de ter sido uma excelente professora nas vezes em que tive o privilégio de ser sua aluna.

Sou muito grata a Universidade Estadual do Maranhão, por que através dela estou conquistando meu primeiro título de ensino superior tão almejado. Agradeço aos professores que me inspiraram a querer fazer gestão diferenciada e não ser apenas um graduado em administração. Meus sinceros agradecimentos as que deram o melhor de si e não pouparam esforços para transmitir conhecimento e suas experiências que certamente contribuíram para minha formação.

*“Alguns homens veem as coisas como são,
e dizem ‘Por quê?’ ‘Eu sonho com as
coisas que nunca foram e digo ‘Por que
não?’ ”*

(Bernard Shaw)

RESUMO

A pesquisa sobre empreendedorismo rural nas populações rurais de São José de Ribamar se firmou em torno dos seguintes aspectos: desenvolvimento social e econômico; melhoria da qualidade de vida; impacto na renda e condição social das famílias empreendedoras; contribuições do empreendedorismo rural, para a economia municipal, e nas ações de fomento para o produtor rural. A finalidade desta pesquisa foi verificar se o empreendedorismo rural contribui para o desenvolvimento local e para a geração de renda da população rural. Inicialmente, caracterizou-se empreendedorismo de forma geral no referencial teórico, em seguida especificando empreendedorismo rural e abordando conceitos sobre agricultura familiar, diferenciando agricultor patronal de agricultor familiar. A metodologia adotada foi de natureza quantitativa e qualitativa e alcançou várias categorias envolvidas na agricultura familiar do município estudado, das quais foram: entrevistas informais com representantes de órgãos voltados para o desenvolvimento local, de crédito e fomento, com empreendedores rurais e aplicação de formulários com os agricultores familiares. A pesquisa quanto aos fins é exploratória, quanto aos meios, foi utilizada pesquisa de campo e bibliográfica. Concluídas as análises, o resultado alcançado foi: visto todas as dificuldades enfrentadas, os empreendedores rurais fizeram um bom progresso mudando e melhorando sua realidade, porém ainda há muito a ser feito, explorado e aprimorado para que seu potencial empreendedor de fato venha ser mostrado e sentido pela população rural/urbana. O desenvolvimento tanto econômico quanto social já está sendo percebido e mensurado, nessas comunidades em que o empreendedorismo rural vem ganhando visibilidade, isso a partir da agricultura familiar que funciona como uma ferramenta propulsora da geração de renda e desenvolvimento local.

Palavras chaves: Empreendedorismo rural. Agricultura Familiar. Geração de renda. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

Research on rural entrepreneurship in rural communities of San José de Ribamar, was signed on the following aspects: social and economic development; improving the quality of life; impact on income and social status of entrepreneurial families; contributions of rural entrepreneurship, for municipal economy, and the promotion of actions for farmers. The purpose of this research was to determine whether the rural entrepreneurship contributes to local development and income generation of the rural population. Initially characterized entrepreneurship in general in the theoretical framework, then specifying rural entrepreneurship and addressing concepts of family farming, differentiating employer farmer family farmer. The methodology was qualitative and quantitative nature and achieved various categories involved in family farming in the municipality studied, which were informal interviews with representatives of organizations focused on local development, credit and development, with rural entrepreneurs and application forms with family farmers. Research on ends is exploratory, as the media was used field research and literature. Completed the analysis, the result achieved was: since all the difficulties faced, rural entrepreneurs made good progress changing and improving your reality, but much remains to be done, exploited and enhanced so that your fact entrepreneurial potential will be shown and felt by rural / urban population. The development of both economic and social is already being perceived and measured in those communities where rural entrepreneurship is gaining visibility, this from the family farm that serves as a driving tool of income generation and local development.

Key words: Rural Entrepreneurship. Family farming. Income generation. Local development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Evolução da participação das principais variáveis da agricultura familiar: Brasil- 1996-2006.....	24
Tabela 2 - Participação percentual da agricultura familiar na produção regional - regiões do Brasil -1996-2006	24
Tabela 3 - Comparativo da produtividade por hectare entre familiares e não familiares - Brasil -2006.....	26
Figura 1 - Praça da Matriz de São José de Ribamar.....	33
Figura 2 - Mapa de São José de Ribamar.....	34
Figura 3 - Fotos das atividades dos agricultores pesquisado.....	46
Figura 4 - Fotos de técnicas implantadas nas propriedades	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Importância da agricultura familiar para a comunidade	35
Gráfico 2 - Contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento da comunidade.....	36
Gráfico 3 - Fontes de renda além da agricultura familiar	38
Gráfico 4 - Número de pessoas que trabalham nas propriedades rurais	40
Gráfico 5 - Idade mínima de pessoas na Propriedade	40
Gráfico 6 - Faixa etária.....	42
Gráfico 7 - Escolaridade.....	43
Gráfico 8 - Participação em associações/cooperativas	43
Gráfico 9 - Produção após ingressar nas associações/cooperativas	44
Gráfico 10 - Renda Mensal.....	45
Gráfico 11 - Principais atividades.....	45
Gráfico 12 - Tecnologias mais utilizadas no município.....	47
Gráfico 13 - Aspectos que a agricultura familiar trouxe mudança	49
Gráfico 14 - Bens adquiridos através da agricultura familiar	50
Gráfico 15 - Programas de fomento	54
Gráfico 16 - Principais dificuldades para o crescimento dos empreendimentos rurais.	55
Gráfico 17 - Formas de comercialização.....	56
Gráfico 18 - Agricultores que utilizam crédito rural.....	57
Gráfico 19 - Tempo que utilizam crédito rural.....	58
Gráfico 20 - Principais destinos do crédito rural.....	58
Gráfico 21 - Fatores que dificultam o pagamento do crédito rural.....	59
Gráfico 22 - Contribuição do crédito para a produção.....	59
Gráfico 23 - Contribuição do crédito para a renda familiar	60

LISTA DE SIGLAS

CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
FAO	Organização das Nações Unidas para alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do desenvolvimento social e combate a fome
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF	Programa da Saúde Familiar
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura Pesca e Abastecimento
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem
URDA	Unidade de Recebimento e Distribuição de Alimentos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	EMPREENDEDORISMO	18
2.1	Empreendedorismo rural	19
3	AGRICULTURA FAMILIAR	23
3.1	Agricultor patronal	25
3.2	Agricultor Familiar	26
4	METODOLOGIA	30
4.1	Tipos de pesquisa	30
4.2	Universo e amostra	30
4.3	Sujeitos da pesquisa	31
4.4	Coleta de dados	31
4.5	Análise de dados	32
5	ANÁLISE DA IMPORTANCIA DO EMPREENDEDORISMO RURAL ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR, NA GERAÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO NAS POPULAÇÕES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	33
5.1	São José de Ribamar	33
5.1.1	A Importância da agricultura familiar para a comunidade	35
5.2	Agricultura familiar no desenvolvimento da comunidade	36
5.2.1	Fontes de geração de renda	37
5.3	O perfil das propriedades rurais do município	39
5.4	O Perfil do agricultor rural empreendedor	41
5.5	O empreendedorismo rural enquanto ferramenta de desenvolvimento social e econômico na comunidade	47
5.6	Tecnologias e mecanismos utilizados pelos produtores rurais	47
5.7	Contribuições da agricultura familiar para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, o impacto na renda e na condição social	48
5.8	Contribuições do empreendedorismo rural para a economia municipal	51
5.9	Análise das ações de fomento existentes no município e destinadas ao produtor rural, sua pertinência e eficácia	52
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61

REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICE A - Formulário para avaliação da importância do empreendedorismo rural como propulsor da agricultura familiar na geração de renda e desenvolvimento local nas populações rurais de São José de Ribamar.....	67

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo rural pode contribuir de forma significativa como um fator gerador de mudanças sociais e econômicas na região em que estiver inserido. Como sustenta Guanzioli *et al* (2001, p.15), “países capitalistas como Estados Unidos e Japão apresentam como traço comum: a forte presença da agricultura familiar cuja evolução desempenhou um papel fundamental na estruturação de economias mais dinâmicas e de sociedades mais democráticas e equitativas”.

Em meio ao cenário atual de crise na economia brasileira, taxa de desemprego elevada, investigações de corrupção, inflação acima do previsto e com tendência de alta, dentre outros problemas políticos e sociais que dificultam a vida da sociedade brasileira, um fenômeno exige melhor atenção: o crescimento do empreendedorismo rural, através da agricultura familiar, que tem sido uma alternativa de geração de renda para pessoas que moram no campo e que outrora enxergavam como única saída o êxodo rural.

Atualmente, a maioria dessas populações permanece em suas terras e dela extrai seu sustento gerando oportunidades de novos negócios. Não apenas isso, o empreendedorismo rural hoje significa mais que atividades de subsistência, pois melhoram o ambiente em que está inserido através da geração de renda e melhoria da qualidade de vida, aumentando a competitividade dos produtos agropecuários e fortalecendo a agricultura familiar de forma sustentável.

Na agricultura familiar não se utiliza preponderantemente mão-de-obra assalariada, a produção é realizada principalmente pela unidade familiar. Isso desperta atenção pela importância econômica e social desse segmento já que atende a um grande número de famílias e gera riqueza de forma distribuída, e não centralizada como ocorre no modo tradicional capitalista.

Spies (2010 apud MARTINS 2014, p.3) afirma que “o principal desafio da agricultura familiar é gerar renda de forma sustentável para manter a atividade do campo para os atuais agricultores e os jovens que serão seus sucessores se manterem ali com dignidade”. As principais oportunidades estão associadas à transformação da agricultura para um novo paradigma, no qual o foco está na sustentabilidade, na qualidade dos produtos, na segurança alimentar e na eficiência ecológica.

Os pequenos proprietários não necessitam somente de recursos financeiros, mas de informações, de conhecimento, de tecnologias e de gestão para o desenvolvimento competitivo e sustentável do empreendedorismo rural, a fim de atingir uma gestão integrada da agricultura familiar, com visão multidisciplinar e sustentabilidade econômica.

Martins (2014, p.2) afirma que para ter um negócio sustentável é preciso saber: ser inovador, relacionar-se com órgãos geradores de conhecimento, pesquisa, extensão rural e de fomento, além de saber gerir o próprio negócio. Por isso é tão importante buscar entender as causas que levam alguns empreendimentos rurais darem certo e outros terem uma mortalidade rápida.

Diante disso, percebe-se que já começa a desmistificar a ideia de que agricultor familiar é um pobre coitado, sem conhecimento e sem profissão, que é obrigado a extrair da terra seu sustento e de sua família. Entende-se que essa é uma visão ultrapassada e que atualmente a produção primária ocupa importante destaque na economia, sendo de extrema importância para esse segmento.

Nesta pesquisa, buscou-se compreender de que forma o empreendedorismo rural, através da agricultura familiar, tem contribuído para o desenvolvimento local e para a geração de renda nas comunidades rurais de São José de Ribamar. Situado na região metropolitana de São Luis, a 30 km da capital do Maranhão, o município possui 163.045 habitantes, sendo que acima de 125 mil vivem na zona rural. A agricultura familiar é uma das principais fontes de geração de renda para município que possui também outras vocações econômicas como: turismo, artesanato, pesca e indústria.

Visto isso, pode-se perceber a importância desse setor no município estudado, onde é proeminente o crescimento do empreendedorismo rural não só municipal, mas também regional, principalmente por meio da agricultura familiar e os benefícios atrelados a este, refletidos pela população, este, inclusive tem a missão de manter o homem no campo e entender que para ter melhores condições de vida não precisa sair dele.

Diante disso surge a necessidade de levantar o seguinte questionamento: O empreendedorismo rural, a partir da agricultura familiar, é um propulsor na geração de renda e do desenvolvimento local nas comunidades rurais de São José de Ribamar? Esse questionamento norteou o objetivo geral da pesquisa que consistiu em: estudar o desenvolvimento do empreendedorismo rural em

comunidades rurais de São José de Ribamar a partir da agricultura familiar local, de maneira a compreender a importância desta atividade na vida dessas populações rurais do município.

Como objetivos específicos a pesquisa estabeleceu: identificar e estudar o perfil das propriedades rurais do município; identificar o perfil do agricultor rural empreendedor; compreender a influência do empreendedorismo rural enquanto ferramenta de desenvolvimento social e econômico nas áreas rurais do município; identificar as tecnologias e os mecanismos utilizados pelos produtores para desenvolverem suas atividades rurais; levantar e analisar as contribuições da atividade de agricultura familiar para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares de São José de Ribamar; o impacto na renda e na condição social das famílias empreendedoras; analisar as contribuições do empreendedorismo rural para a economia municipal e levantar e analisar as ações de fomento existentes no município e destinadas ao produtor rural, verificando sua pertinência e eficácia.

Para a realização deste estudo foram realizadas pesquisas exploratória, de campo e bibliográfica. A coleta de dados foi possível através de ferramentas como a aplicação de formulários junto aos produtores rurais, entrevistas informais e observação simples. O estudo está dividido em cinco capítulos. O primeiro trata da introdução que abrange a contextualização do tema, o problema, o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa e a relevância do estudo. No segundo capítulo trata do referencial teórico, que vai abordar conceito de empreendedorismo e definir empreendedorismo rural. O terceiro capítulo trata sobre agricultura familiar, diferenciando agricultor familiar de agricultor patronal. A metodologia é retratada no quarto capítulo, descrevendo os tipos de pesquisa utilizadas, universo e amostra em que se deu, os sujeitos envolvidos, as ferramentas de coleta de dados e o método de análise. O quinto capítulo traz os resultados das análises dos dados captados durante a realização da pesquisa e finalmente, as considerações finais reforçando o problema estudado e o resultado alcançado são apresentados no capítulo seis.

2 EMPREENDEDORISMO

A partir do século XX, quando desencadeou uma série de revoluções e que culminaram em inúmeras transformações sentidas no mundo moderno, pode-se perceber o surgimento de invenções e ideias jamais pensadas, algumas simples, mas que trouxeram importante contribuição para a sociedade. Dessas “pessoas visionárias que questionam, arriscam, querem algo diferente, fazem acontecer e empreendem”, que Dornelas (2014, p. 21) vai chamar de empreendedores.

[...] Os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonadas pelo que fazem não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas, querem deixar um legado [...]. (DORNELAS, 2014, p.21).

Atualmente o empreendedorismo tem ganho força principalmente devido aos avanços tecnológicos que tem proporcionado em diversas áreas a oportunidade de se criar, inventar e inovar. Como exemplifica Dornelas (2005, p. 23), “há pouco mais de 20 anos era considerado loucura um jovem recém-formado aventurar-se na criação de um negócio próprio, pois os empregos oferecidos pelas grandes empresas nacionais e multinacionais, bem como a estabilidade que se conseguia nos empregos em repartições públicas, eram muito convidativos, com bons salários, status e possibilidade de crescimento dentro da organização”.

De acordo com Schumpeter (1949, apud DORNELAS 2014, p.28), empreendedor é aquele que não se contenta apenas com o que já está pré-estabelecido, ele pode inovar dentro daquilo que já existe assim como pode modificar ou criar. Empreendedor não é somente aquele que cria um produto/serviço inexistente, o empreendedorismo pode acontecer onde já surgiu um negócio, através de ferramentas de inovação e diferenciação de mercado.

Fala-se muito em empreendedorismo diante das crises econômicas, quando muitas empresas são obrigadas a fechar suas portas e muitos trabalhadores se veem sem alternativas senão abrir o próprio negócio em busca de sucesso profissional, muito embora alguns queiram apenas manter-se. Porém, muito desses novos negócios não tem dado certo devido à falta de conhecimento de gestão desses empreendedores ou o simples fato de querer fazer por fazer, sem planejamento e controle. Os grandes empreendedores têm sido aqueles que não se mantiveram alheios às mudanças sociais, políticas, econômicas e principalmente tecnológicas da sociedade, Schumpeter (1985, apud MARTES, 2010, p.6) diz:

De tempos em tempos a vida econômica apresenta mudanças no sentido de romper com os limites tradicionais até então estabelecidos de produção e comercialização de bens, impondo uma nova forma que futuramente se consubstanciará em uma nova tradição.

Isso reforça que empreendedores são aqueles que se dispõem a aprender mais, adquirir conhecimento e fazer deste um aliado em seus negócios. Empreender significa ultrapassar o esperado, ir além daquilo que se imagina e surpreender o público consumidor com produtos/serviços diferenciados e inovadores. Mas não quer dizer que as ferramentas e experiências tradicionais não são válidas, como observa Durkheim (1978 apud MARTES, 2010, p.5):

Se sou industrial, nada me proíbe de trabalhar utilizando processos e técnicas do século passado; mas, se o fizer, terei a ruína como resultado inevitável. Mesmo quando posso realmente me libertar destas regras e violá-las com sucesso, vejo-me sempre obrigado a lutar contra elas. E quando são finalmente vencidas, fazem sentir seu poderio de maneira suficientemente coercitiva, pela resistência que me opuseram. Nenhum inovador, por mais feliz, deixou de ver seus empreendimentos se chocarem contra oposições deste gênero.

A necessidade de inovar é uma marca do capitalismo, produtos/serviços ultrapassados não sobrevivem ao modelo de economia atual. No entanto, o medo do desconhecido às vezes é apavorante, ocasionando que muitos empreendimentos com potencial inovador estagnem no mercado por receio do novo. Ainda apegados as formas tradicionais de produção, esses negócios tendem a não se promover, crescer ou falir devido ao apego exacerbado ao tradicionalismo e a incapacidade de arriscar, o que é característica do empreendedorismo.

Empreender é, segundo Schumpeter (1985, p.7), “inovar a ponto de criar condições para uma radical transformação de um determinado setor, ramo de atividade, território, onde o empreendedor atua”. O fato de que o empreendedorismo exija maior capacidade de inovação, faz com que ocorram transformações onde este acontece. Movidos pela insatisfação de suprir lacunas e gerar novas oportunidades, os empreendedores buscam e atraem as transformações as quais estão atreladas a seus interesses.

2.1 Empreendedorismo Rural

A partir da revolução industrial e em seguida pelos processos de urbanização das cidades, em sua grande maioria nas últimas seis décadas, houve uma divisão do espaço geográfico, divisão esta que Rigon (2010, p.44) vai chamar

de “espaço rural e urbano, situando de um lado quem produz e do outro quem consome os alimentos”.

As cidades tornaram - se atrativas para os migrantes rurais, expulsos pelos processos da chamada ‘modernização conservadora da agricultura’. Por sua vez, apoiadas pela crescente urbanização, as agroindústrias consolidaram-se com a verticalização da produção de alimentos. Inseridas nessa dinâmica as cidades continuaram crescendo, ainda que de forma pouco sustentável, as demandas por bens da natureza e de serviços aumentando cada vez mais e a artificialização dos processos urbanos seguem numa crescente complexificação (RIGÓN, 2010, p.44).

De acordo com a autora citada, o processo de modernização do espaço urbano estaria caminhando para um lugar incerto e desconhecido no que diz respeito ao desequilíbrio do desenvolvimento regional, ou seja, se por um lado está o crescimento desenfreado do espaço urbano, o meio rural se desenvolvia de forma quase que imperceptível. O desenvolvimento no espaço rural se deu de forma tardia e lenta e os moradores dessas regiões, assim como entidades governamentais perceberam a insustentabilidade do crescimento das cidades, e se voltaram para implantar políticas públicas de incentivo a permanência do agricultor nas comunidades rurais agregando valor a essas regiões e consequentemente diminuindo o êxodo rural e minimizando o inchaço das grandes cidades.

Muitos são os motivos que vem demonstrando a insustentabilidade do atual modelo de produção e de consumo, que concentra a terra, degrada o ambiente, produz alimentos com contaminantes químicos, empobrece o agricultor e promove o êxodo rural, gerando fome ou consumo de uma alimentação de baixa qualidade nutricional (RIGÓN, 2010, p.44).

A falta de oportunidades de emprego no campo, bem como de fontes de geração de renda e melhoria da qualidade de vida, levou durante décadas e ainda hoje tem levado milhões de trabalhadores ao êxodo rural. O êxodo na área rural é muito intenso, devido à falta de uma “verdadeira” política governamental para a área agrícola. Devido a este esvaziamento do meio rural, associado ao desenvolvimento, apenas cerca de um quarto da população economicamente ativa nos países desenvolvidos reside em áreas rurais. Desde os anos 80, a população rural nos países do Hemisfério Norte tende a diminuir em diversos países, a começar pelos Estados Unidos (ABRAMOVAY, 2000 apud SILVA, 2010, p.1).

No meio rural, não existem grandes indústrias e empresas que através das quais os moradores destas áreas possam ter perspectivas de fazer carreira em qualquer desses empreendimentos tradicionais. As comunidades rurais não se

conformaram em ter que seguir o mesmo curso da história e decidiram ficar em suas terras, que “outrora, muitas vezes taxado como um lugar de atraso, sem educação de qualidade ou sem fazer uso de ferramentas de tecnologia, principalmente de comunicação”. Nos dias atuais esse cenário está mudando, conforme retrata Alvim, (2009):

O celular é uma realidade no campo. [...]. E um bom indicador para refletir isso são os números da rede social *facebook*. Um dos campeões de participante do conjunto de jogos virtuais disponibilizados no site da rede é o *Farmaville*. Um fenômeno na internet que atrai mais de oitenta milhões de internautas. [...]. Este é um *in sight* importante para quem apóia pequenos produtores e fomenta o empreendedorismo rural.

Essas mudanças e adaptações no campo têm contribuído para o desenvolvimento do empreendedorismo rural. Movidos pelo desafio de gerar renda para suas famílias e desenvolver cada vez mais o local onde moram é que pequenos proprietários rurais têm buscado o crescimento de seus empreendimentos familiares. Alvim (2009), disse ter o desafio de transformar o proprietário rural em empreendedor rural, sem perder suas especificidades e diferenciações, em ambientes bastante competitivos.

A necessidade de se compreender empreendedorismo rural enquanto ferramenta de desenvolvimento social e econômico, nas comunidades rurais é de extrema importância para o crescimento de um país. Reconhecendo isso é que tem se criado inúmeras ações de fomento e programas governamentais voltados para o incentivo do empreendedorismo rural. Neste caso, não somente o governo como também as comunidades devem ser responsáveis por assegurar o empreendedorismo no meio rural como ferramenta de crescimento e desenvolvimento local.

Hisrich (2014, p.6) afirma que “o empreendedorismo tem uma função importante na criação e no crescimento dos negócios, assim como no crescimento e na prosperidade de nações e regiões”. No tocante, quando simples atividades desempenhadas no meio rural são consideradas empreendedoras, a realidade dos empreendimentos que as desenvolvem não é mais a mesma. Onde acontece empreendedorismo a forma ultrapassada de produção ocorre de forma mais tímida, uma vez que este exige uso de tecnologia e outras ferramentas que trará maiores benefícios aos empreendimentos.

Diante disso, percebe-se em um primeiro instante que o empreendedorismo rural tem ganho força e visibilidade como fator importante para o

desenvolvimento. Seja de uma região, de um estado ou de uma nação, seja para unir e fazer valer os direitos de um povo, através de cooperativas e/ou associações ou simplesmente para gerar renda e manter inúmeras famílias que dele vivem. Por isso tem recebido atenção devido sua enorme importância e contribuição na esfera econômica/social das comunidades em que atua.

Para Schumpeter (1982), o desenvolvimento econômico está fundamentado em três fatores principais: as inovações tecnológicas, o crédito bancário e o empresário inovador. Empreender está além de entender apenas de mercado e ferramentas de gestão, neste caso, vai depender das características que são peculiares a cada indivíduo. O empreendedorismo está atrelado às atividades de mercado, que visam lucro, objetivos essencialmente econômicos, nos moldes capitalistas mais convencionais.

[...] ser um empreendedor é muito mais que ter a vontade de chegar ao topo de uma montanha; é conhecer a montanha e o tamanho do desafio; planejar cada detalhe da subida, saber o que você precisa levar e que ferramentas precisa levar; encontrar a melhor trilha estar comprometido com o resultado, ser persistente, calcular os riscos preparar-se fisicamente, acreditar na sua própria capacidade, começar a escalada. (Gaffuri, 2005, p. 4 apud SEBRAE, 2005, p. 9).

Sendo assim, não basta apenas querer fazer algo novo é preciso saber como fazer e entender a melhor forma de fazer. O empreendedorismo é reconhecido pela assunção de riscos, porém riscos calculados, não compete ao empreendedor se lançar de qualquer forma em um negócio se ele desconhece os riscos que irá correr. É preciso saber aonde se quer chegar e por onde deve ir evitando assim, futuros prejuízos que poderiam ser facilmente medidos com um pouco de cautela.

Schumpeter (1982) finaliza dizendo que concebe o empreendedor como o agente de mudanças que desempenha o papel de motor do sistema econômico através da introdução da inovação em alguma atividade e o aproveitamento de oportunidades de negócios. O empreendedorismo pode acontecer onde já existe um negócio ou para suprir a falta dele. Dessa forma não é somente no espaço urbano que pode acontecer o desenvolvimento de atividades caracterizadas como empreendedoras, o meio rural também tem suas necessidades de novos negócios bem como aqueles já existentes que precisam de inovação e tecnologia.

3 AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Ferraz *et al* (2008 apud SANTOS; GÓIS, 2011, p. 223), “o conceito de agricultura familiar é muito amplo e permite fazer várias abordagens e análises”. Entre atributos comuns do conceito está: a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestações de valores e tradições (patrimônio sociocultural) em torno da e para a família. Dessa forma, agricultura familiar é toda atividade relacionada à produção primária, que está completamente desvincilhada de gerenciamento patronal, e este encontra-se totalmente por parte das unidades familiares.

Segundo a definição da FAO/INCRA (2000 apud SANTOS; GÓIS, 2011, p. 223), a agricultura familiar é baseada em três características resultado de um convenio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, são elas:

- a) A gerencia da propriedade rural é feita pela família;
- b) O trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família;
- c) Os fatores de produção pertencem à família (exceção às vezes, a terra), e são passíveis de sucessão em caso de falecimento.

A agricultura familiar é uma atividade sustentável economicamente e possui papel fundamental no desenvolvimento do Brasil. Por isso é tão importante que aja compromisso por parte dos produtores, Associações e Cooperativas, bem como ações governamentais de maior acesso a crédito, são ações que podem ajudar a alavancar o empreendedorismo rural e fazer deste uma importante ferramenta de competitividade no país.

[...] temos por certo é que a agricultura familiar não vai acabar, mas deverá passar por grandes transformações. Os agricultores familiares de sucesso têm como características o empreendedorismo e o profissionalismo, o trabalho com ética e competência e a responsabilidade ambiental (SPIES, 2010, p.15).

Guanziroli *et al* (2012), fez uma comparação da evolução da agricultura familiar entre os Censos Agropecuarios do IBGE de 1996 e 2006 e concluiu que o número de agricultores familiares cresceu nos dez anos que se passaram entre os

censos, passando de 4.139.000 para 4.551.855, equivalente a 87,95% do total de estabelecimentos rurais do Brasil. Em 2006 o Valor Bruto da Produção dos agricultores foi de R\$ 59,2 bilhões, correspondente a 36,11% da produção agropecuária total. Além disso, houve aumento no número de estabelecimentos familiares, bem como no pessoal ocupado na área ocupada por estes estabelecimentos.

Tabela 1 - Evolução da participação das principais variáveis da agricultura familiar – Brasil 1996-2006

Variável	1996	2006
% Estabelecimentos familiares	87,16	87,95
% Da área dos estabelecimentos familiares	30,48	32
% De VBP dos estabelecimentos familiares	37,91	36,11
% Do pessoal ocupado total dos estabelecimentos familiares	76,85	78,75

Fonte: Guanziroli *et al* (2012).

Quanto às regiões que tiveram participação mais expressiva na agricultura familiar está o Norte e Nordeste, provavelmente em função do efeito das políticas públicas como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e outras formas de fomento que incentivam a produção da agricultura familiar no Brasil. Nas demais regiões como observa Guanziroli *et al* (2012), a produção caiu um pouco em termos relativos. O que não retira da agricultura o mérito de ser uma atividade que impulsiona a economia através da produção primária.

Tabela 2- Participação percentual da agricultura familiar na produção regional - regiões do Brasil-1996-2006

Região	1996	2006
Norte	58,26	60,18
Nordeste	42,98	47,38
Sudeste	24,43	22,28
Sul	57,13	54,43
Centro-Oeste	16,31	14,53

Fonte: Guanziroli *et al* (2012)

No Nordeste, a agricultura familiar teve importante contribuição na formação da economia regional através da cana de açúcar, que apesar de não ter gerado um desenvolvimento mais significativo devido à concentração de riquezas

em algumas regiões, deu a sua devida contribuição. A geração distribuída de riquezas é característica peculiar da agricultura familiar, que por sua vez gera renda, gera consumo e gera postos de trabalho. Diferentemente da agricultura patronal cujo objetivo é acumulação de riquezas para os donos das terras e das propriedades e focados no lucro, em detrimento da agricultura familiar que busca beneficiar o coletivo, seja por meio de Associações/cooperativas ou em prol de suas unidades familiares.

3.1 Agricultor patronal

Em oposição ao modelo de agricultura familiar, está o modo de agricultura patronal. A agricultura familiar está mais voltada para dentro do círculo familiar, um modelo de produção mais focado para o consumo próprio; a patronal está mais voltada para o lucro, normalmente é realizada nas grandes propriedades rurais, enquanto aquela se concentra nas pequenas unidades familiares.

O censo agropecuário de 2006 evidenciou que, com exceção do Sudeste, em todas as demais regiões do país a produtividade da terra é maior entre os familiares do que entre os não familiares. Como analisa Guanzioli *et al* (2012, p), “as regiões que tem essa diferença mais acentuadas são Norte e Sul. Esta última é famosa pela predominância de agricultores familiares em varias cadeias produtivas que agregam valor, como a avicultura, suinocultura, fumo, etc.

A região norte tem contingentes expressivos de agricultores familiares oriundos dos projetos de colonização dos anos 1970, que são os que produzem a maior parte dos alimentos da região. No Sudeste, entretanto, os empreendimentos capitalistas de alta tecnologia agrícola conseguem superar a força numérica dos agricultores familiares. Nota - se as diferenças acentuadas nas diversas regiões do país, no que tange a execução de atividades relacionadas à agricultura familiar, como mostra a tabela 3.

Tabela 3 - Comparativo da produtividade por hectare entre familiares e não familiares - Brasil -2006

Brasil e regiões	Valor produzido por hectare (R\$ de 2006)	
	Não familiar	Familiar
Norte	111,3	241
Nordeste	378,3	390,7
Sudeste	1054,6	737,8
Sul	837,3	1337,6
Centro oeste	271,7	285,1
Brasil	471,7	554,6

Fonte: Guanziroli *et al* (2012)

3.2 Agricultor familiar

O campo assim como a cidade oferece àqueles que o habitam recursos próprios e formas de retirar dali condições de sobrevivência, de empreender, de transformá-lo, de melhorá-lo. Sendo assim, o homem empreendedor do campo, o chamado agricultor familiar é aquele que decide ser seu próprio patrão e gestor da sua unidade familiar; aquele que faz do seu empreendimento rural sua principal fonte de renda. O agricultor também chamado de empreendedor rural é aquele que desafia as regras já estabelecidas no campo e integra a sua forma de produção, novos recursos, novos métodos e técnicas em prol de sua própria unidade familiar, exclusivamente com o auxílio da família.

Guanziroli e Cardim (2000 apud SANTOS; GÓIS, 2011, p. 226), definem como agricultores familiares aqueles que atendem às seguintes condições:

I - A direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida pelo produtor e família;

II - A mão de obra familiar é superior ao trabalho contratado e,

III - A área da propriedade está dentro de um limite estabelecido para cada região do país.

Neste caso, agricultor familiar é aquele que está completamente desvincilhado de qualquer tipo de dependência patronal, ou seja, eles são seus próprios patrões. Conforme Tinoco (2006, apud SANTOS; GÓIS, 2011, p.225), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf enquadra os produtores rurais como beneficiários de linhas de crédito rural quando atendem aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da reforma agrária; residam na propriedade ou em local próximo;

detenham, sob qualquer forma, no máximo, quatro módulos quando se tratar de pecuarista familiar; com 80% da renda bruta anual familiar advinda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento e mantenham até dois empregados permanentes - sendo admitida a ajuda eventual de terceiros.

A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 considera como agricultor familiar e empreendedor familiar rural:

Art. 3º [...] aquele que pratica atividade no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4(quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O agricultor familiar possui direitos afirmados pela lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que classifica e faz distinção deste para o grande proprietário rural. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) afirma que essa lei como um marco que conceitua a agricultura familiar, mais que ainda depende de regulamentação que especifiquem como se aplicará as políticas e legislações quando se referirem à agricultura familiar.

A CONTAG considera a grande propriedade rural radicalmente diferente dos empreendimentos familiares rurais. Enquanto estes têm sua vocação na produção de alimentos, na utilização racional e sustentável dos recursos naturais e na preservação de culturas e formas de vida; aquela é impessoal, desenraizada e que se destina basicamente a exploração para obtenção do lucro. Ou seja, o respeito e o cuidado que o agricultor familiar tem em relação à terra é superior a agricultura patronal onde, o que mais importa é o que da terra extrair e não como extrair, independente das consequências seja de degradação ou de desgaste da terra.

A geógrafa Anne Butimmer (1995, apud VEIGA, 2000, p. 20) estudou comunidades agrícolas americanas com predomínio das formas patronal e familiar. Sua pesquisa demonstrou que “onde predominou a agricultura patronal nos Estados Unidos existem poucas escolas, igrejas, clubes, associações, jornais, empresas e bancos. Nessas localidades, as condições de moradia são precárias, quase não existem equipamentos de lazer e a delinquência infanto-juvenil é alta, ao contrário do que ocorre onde predominou a agricultura familiar”. O que faz com que a

agricultura familiar sobreponha a patronal é o fato de que o interesse daquela é maior em desenvolver e melhorar o lugar no qual está inserida.

Diante disso, percebe-se que o modelo de agricultura mais eficaz para o desenvolvimento local e geração de renda é o modo familiar. É mais interessante para a agricultura familiar desenvolver o lugar onde ela está sendo realizada, o que pode significar desperdício de tempo e dinheiro e muitas vezes não convém para os interesses do grande proprietário. Para a agricultura patronal o que interessa é o lucro, enquanto os produtores rurais agregam muito mais a sua forma de produzir como descreve Guanzioli *et al* (2001, p.6), “Mesmo pagando salários mais elevados, dificilmente se pode obter do trabalhador assalariado o mesmo empenho e a produtividade alcançada por uma família que trabalha para si mesma e não para o outro”.

Diferente do grande produtor rural que, apesar de ter trabalhadores remunerados não consegue fazer com que estes tenham os mesmos objetivos para o desenvolvimento tanto da atividade quanto da comunidade, como os agricultores familiares, que são motivados pelo alcance do sucesso de sua unidade familiar. O agricultor mantém uma relação de respeito e gratidão com a terra, já que é dela que extrai praticamente tudo o que precisa. Conforme cartilha da CONTAG:

Agricultura Familiar não é igual à Agricultura Patronal: A terra para o agricultor familiar não é apenas o lugar de onde se retira o alimento necessário para sustentar a família. É o lugar que confere identidade, honra e trabalho. A relação com a terra não é apenas um meio de produção. É o lócus de sua vida, da sua história. (CONTAG, 2013 p. 4).

O objetivo principal da CONTAG é defender os interesses dos trabalhadores sem terras, dos agricultores familiares, proprietários ou não, dos assalariados e assalariadas rurais. Diante de uma tentativa de assegurar seus interesses é que defende piamente o conceito de agricultor familiar e faz questão de diferenciá-lo da agricultura patronal. Desmistificando a ideia de que todos são produtores e que a única diferença é o tamanho da propriedade. Se por um lado a agricultura familiar é mais sustentável para as áreas rurais, por outro são os grandes proprietários que tem acesso as maiores linhas de crédito e fomento.

São inúmeras as vantagens e desvantagens em relação à agricultura familiar e patronal. No entanto, a agricultura familiar gera bastante ocupações do que a agricultura patronal utiliza formas eficientes de recursos escassos, terra,

trabalho e capital, e irradia maior desenvolvimento local. (GUANZIROLI *et al*, 2001, p.6)

A agricultura familiar por ser sustentada e motivada principalmente pelos produtores rurais que dela extraem sua principal fonte de renda necessita também do apoio das políticas públicas para crescer e se desenvolver. Diante disso, em 1996 o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) cujo objetivo é financiar projetos individuais, ou coletivos que contribuam para gerar renda aos agricultores familiares ou assentados da reforma agrária.

Os pequenos empreendimentos rurais do Brasil em geral, não possuíam políticas públicas específicas ou programas de desenvolvimento (CVA 2013, p.5). A insatisfação de movimentos sociais que reivindicavam esse tipo de programa e políticas que levou a criação em 1996 do Pronaf. O Pronaf não é só um programa de crédito, também auxilia os agricultores familiares através de assistência técnica e extensa rural, programa de aquisição de alimentos, comercialização de merenda escolar dos produtos que vem da agricultura familiar e outros.

4 METODOLOGIA

4.1 Tipos de pesquisa

Em relação aos tipos de pesquisa para a realização deste trabalho, coube escolher aquelas que estivessem melhor alinhadas com os objetivos. Quanto aos fins, foi realizada uma pesquisa exploratória para maior aprofundamento do conhecimento sobre o assunto estudado. É a pesquisa exploratória que estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses (CERVO; SILVA, 2006). A pesquisa exploratória também traz o problema para ser visto mais de perto, segundo Gil (1999 apud CASAGRANDE, 2011, p.5), diz que “a pesquisa exploratória tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo mais explícito”.

Quanto aos meios, foi utilizada pesquisa bibliográfica e de campo. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p.69) a “pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos a cerca de um problema para o qual se procura uma resposta.” E do tipo bibliográfica, Casagrande (2011) salienta que a pesquisa bibliográfica procura explicitar um problema a partir de teorias já publicadas e comentadas, buscando conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas sobre determinado assunto.

4.2 Universo e amostra

O universo da pesquisa envolveu cinco dos quase vinte bairros rurais do município de São José de Ribamar¹, onde se desenvolvem atividades que caracterizem empreendedorismo rural. Universo trata-se de definir toda a população, sendo que população não é o número de habitantes de um local, como é largamente conhecido o termo, mas um conjunto de elementos que possuem as características que serão objeto de estudo (VERGARA, 2006).

A amostra foi de exatamente cinquenta agricultores familiares por meio de uma amostra não probabilística, em razão da impossibilidade de delimitação do universo. Os agricultores são obrigatoriamente líderes de suas respectivas unidades

¹ Não existem dados formais do total de bairros no município (IBGE, 2016)

familiares em atividade e que possuem qualquer tipo de atividade rural que possa ser caracterizada como empreendedorismo rural. Vergara (2006, p.50) explica que amostra “é uma parte do universo (população) escolhida segundo algum critério de representatividade”.

4.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram os agricultores rurais estudados, representantes de órgãos públicos envolvidos na atividade rural, que neste caso foi: um assessor de crédito rural, representantes da Secretaria de Agricultura Pesca e Abastecimento do município de São José de Ribamar, bem como a própria comunidade. Conforme descreve Vergara (2006, p.53) “sujeitos da pesquisa são as pessoas que fornecerão os dados de que você necessita”.

4.4 Coleta de dados

A pesquisa se deu através de ferramentas como a aplicação de formulários para a coleta de dados junto aos produtores rurais, com perguntas fechadas e de múltiplas escolhas. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p.100) “o formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado.” A coleta de dados se deu no período de 20 de abril a 28 de maio nos seguintes bairros: Mata, Santa Maria, Bom Jardim, Itapari e Panaquatira.

Também foram realizadas entrevistas informais com representantes de órgãos voltados para o desenvolvimento local, de crédito e fomento e com empreendedores rurais. Para Marconi e Lakatos (2011, p.80) “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.”

E, finalmente utilizou-se a técnica da observação simples. Segundo Gil (2010) um dos elementos fundamentais para a pesquisa é a observação, possuindo um papel fundamental na fase de coleta de dados. Sua principal vantagem é a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação, e como desvantagem tem-se a presença do observador, que pode causar alterações no comportamento dos observados

4.5 Análise de Dados

Os dados foram mensurados no Programa Microsoft Office Excel versão 2007, através de tabela dinâmica foram transformados em informações para que fosse possível a elaboração das análises.

5 ANÁLISE DA IMPORTANCIA DO EMPREENDEDORISMO RURAL ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR, NA GERAÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO NAS POPULAÇÕES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR.

5.1 São José de Ribamar

Historicamente o município de São José de Ribamar era aldeia dos índios gamelas, que viviam em terras dos religiosos da Companhia de Jesus. Terras estas concedidas por datas e sesmarias pelo então governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, em 16 de dezembro de 1627. Pelo Alvará de 07 de junho de 1755 foi restituída aos índios a liberdade de pessoa e as terras foram cedidas para a subsistência dos silvícolas e para a fixação de 200 casais no local.

Em 1896, a localidade já possuía 19 casas cobertas de telhas e algumas de palha em torno da igreja, começava então o povoamento daquele que seria um dos maiores municípios do estado do Maranhão. Passou a município com a denominação de Ribamar em 1913. Foi, por várias vezes, extinto e restaurado até que, em 1952, foi restabelecido definitivamente. Em 1969, passou a ser denominado de São José de Ribamar, em homenagem ao padroeiro do município.

Figura 1 – Praça da Matriz de São José de Ribamar

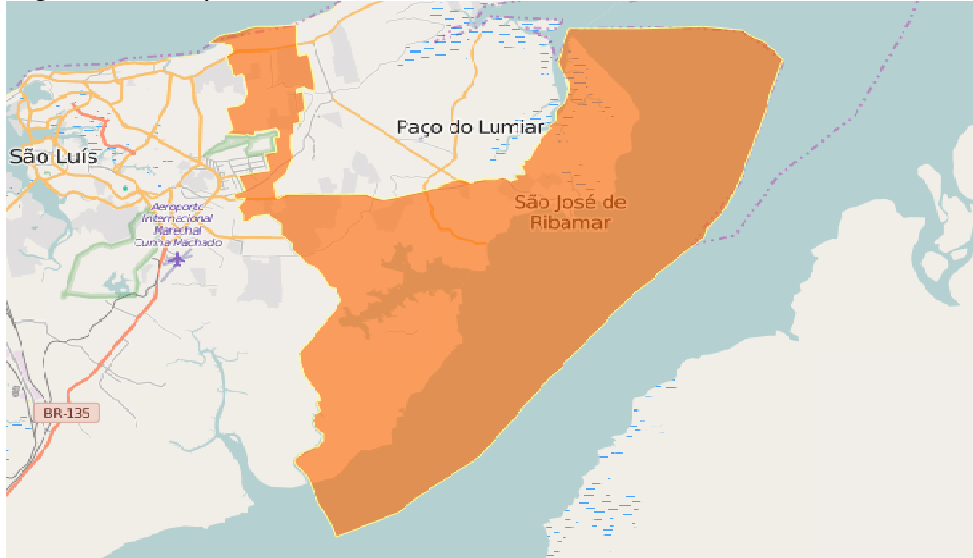


Fonte: PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR (2016).

O município situa-se a 30 km de São Luís, na região metropolitana da ilha de São Luís - MA. São José de Ribamar é o terceiro município mais populoso do estado, ficando atrás apenas da capital São Luís e Imperatriz. Tem como municípios

vizinhos: Paço do Lumiar a 6 km, Icatu a 22 km, Axixá a 31,4 km e Presidente Juscelino há 42,3 km.

Figura 2 – Mapa de São José de Ribamar



Fonte: IBGE (2016).

Segundo dados do Censo do IBGE de 2010 (IBGE, 2016), a população total de São José de Ribamar era de 163.045 habitantes, sendo que naquele ano a população rural equivalia à maior entre todos os municípios do estado, tanto no número de homens quanto de mulheres.

Mais de metade da população ribamarense vive em áreas rurais de acordo com o IBGE (2010). O que tem feito com que essa população permaneça no campo e não queira migrar para as áreas urbanas em busca de oportunidades, seja de emprego ou de novos negócios, por exemplo. Acredita-se que ali eles encontraram uma forma de empreender no próprio meio rural e gerar renda para suas famílias e para a comunidade, gerar postos de trabalho, gerar riqueza para o município, melhorando a alimentação das pessoas, erradicando a fome, além de contribuir para seu desenvolvimento.

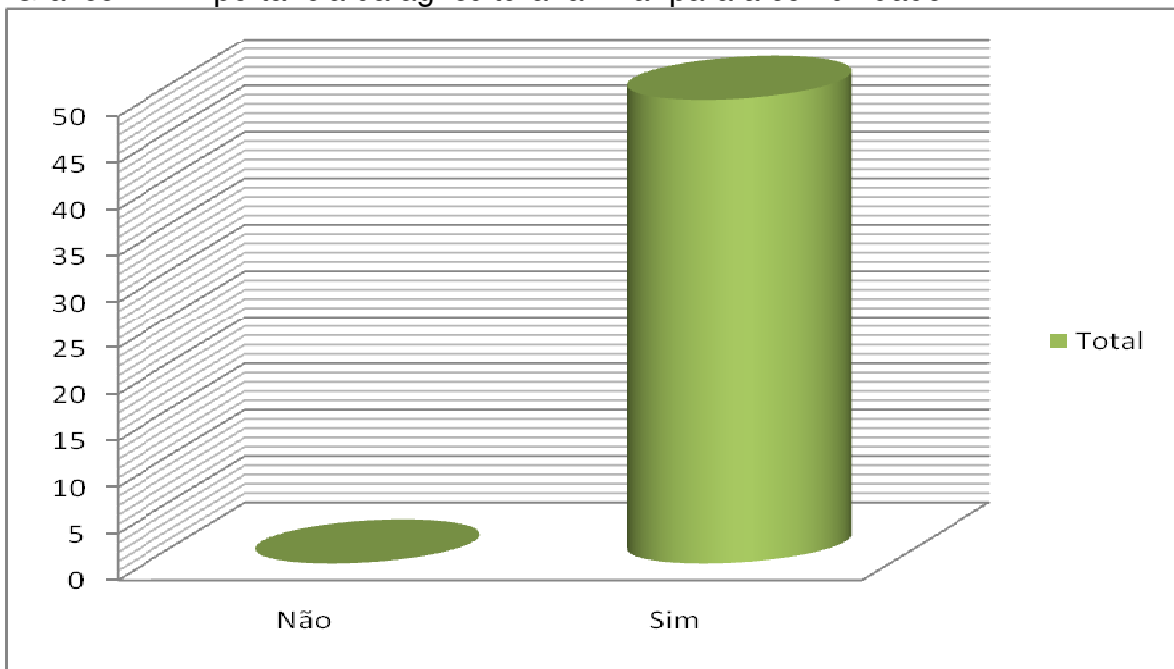
O principal meio de empreender no campo tem sido a agricultura familiar. São os agricultores familiares, normalmente pessoas sem muito conhecimento ou técnica de gestão, que mesmo de forma empírica gerenciam suas unidades familiares transformando a produção, que era direcionada apenas para subsistência, para os mercados e abastecer feiras e etc.

5.1.1 A Importância da agricultura familiar para a comunidade

Segundo informações da Secretaria Municipal de Agricultura Pesca e Abastecimento de São José de Ribamar (SEMAGRI, 2016, em entrevista cedida à autora), o município possui aproximadamente vinte bairros considerados rurais, onde a grande maioria dessa população vive de agricultura familiar. Não obstante das demais regiões do país, uma alternativa seria essas populações despovoarem a área rural e migrar para os centros urbanos em busca de oportunidades. Entretanto, eles resolveram ficar e criar oportunidades para si.

Desde 2006, com a legitimação da Lei 11.326, de 24 de julho do mesmo ano, os benefícios atrelados à agricultura familiar aumentaram significativamente, através de políticas públicas criadas para fomentar o crescimento e o desenvolvimento das atividades rurais desenvolvidas pelas pequenas unidades familiares. Nas cinco comunidades estudadas, é nítido o tamanho da importância da agricultura familiar para a comunidade como mostra gráfico 1.

Gráfico 1 – Importância da agricultura familiar para a comunidade



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

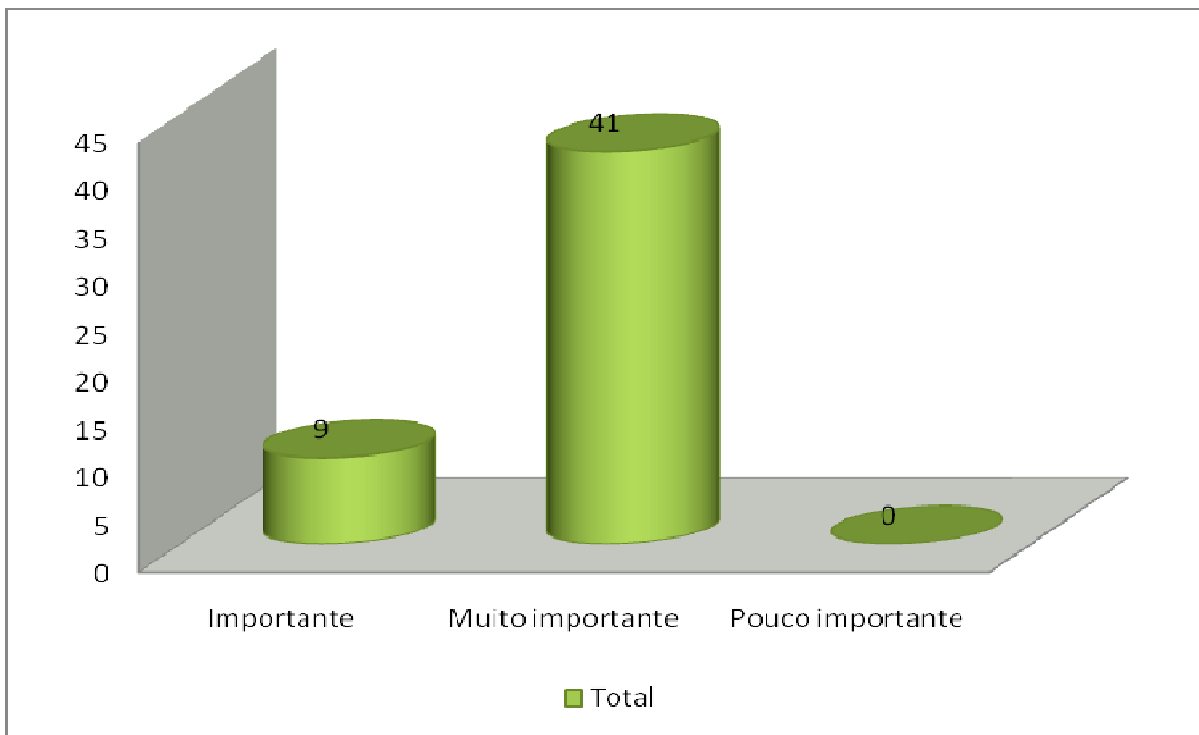
De acordo com o gráfico 1, absolutamente todos os cinquenta agricultores entrevistados concordaram que a agricultura familiar é sim importante para a comunidade da qual fazem parte. Essa importância também pode ser medida através de visita *in loco* nas unidades familiares e das entrevistas informais, pelas

quais pode-se perceber que, na maioria das comunidades estudadas, esta é a principal forma de produção que os moradores possuem conhecimento. Portanto, único meio desses produtores terem um empreendimento.

5.2 Agricultura familiar no desenvolvimento da comunidade

Baseado no estudo já citado por este trabalho, da geógrafa Anne Butimmer (1995, apud VEIGA 2000, p. 20), nas comunidades em que predominam a agricultura familiar em detrimento da patronal, é mais nítido se verificar o beneficiamento da população. Nos bairros onde se deu a pesquisa, coube aos moradores avaliarem o quanto a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento das comunidades, cujo resultado consta no gráfico 2:

Gráfico 2 - Contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento da comunidade



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Toda a população estudada avalia de importante a muito importante a contribuição da agricultura familiar nas comunidades em que vivem. Conforme foi observado durante visitas, as comunidades que consideram muito importante são aquelas onde os agricultores já produzem em larga escala, com maiores incentivos e mais alternativas; esses agricultores investiram em suas comunidades, melhorando

infraestrutura, criando associações, melhorando suas residências e conseqüentemente construindo um padrão de vida confortável.

Por outro lado, aqueles que têm muitas limitações, seja de terras, de fomento, de mercado, assistência técnica, enfim, estes vivem ainda em transição da forma arcaica de produção, tentando se encaixar nas formas mais modernas. Muitos deles até teriam condições de produzir mais e melhor, só que, devido a essas limitações, produzem apenas o suficiente para abastecer aos poucos clientes para os quais fornecem seus produtos.

Dessa forma, os empreendedores são responsáveis pelo desenvolvimento econômico, e no caso dos empreendedores rurais, isso se dá principalmente por meio da agregação de valor às comunidades em que residem, implantando uma economia para mais dinâmica, competitiva e geradora de novas oportunidades. O capitalismo requer constantes mudanças e inovação, é preciso que os empreendimentos atuais estejam sempre à frente do seu tempo.

Sob essa ótica os agricultores familiares, uma vez que se comprometem em assumir riscos e alavancar sua produção, é impossível se isolar do lugar em que vivem e trazer o crescimento apenas para dentro da porteira, simplesmente ignorar o que está a sua volta. O desenvolvimento chega seja através das melhorias de estradas para escoar a produção desses agricultores, seja por parcerias com órgão governamentais que começam a visualizar essas comunidades com maior atenção, enfim, o certo é que a contribuição da agricultura familiar é de extrema importância para essas regiões no que diz respeito ao desenvolvimento das comunidades rurais.

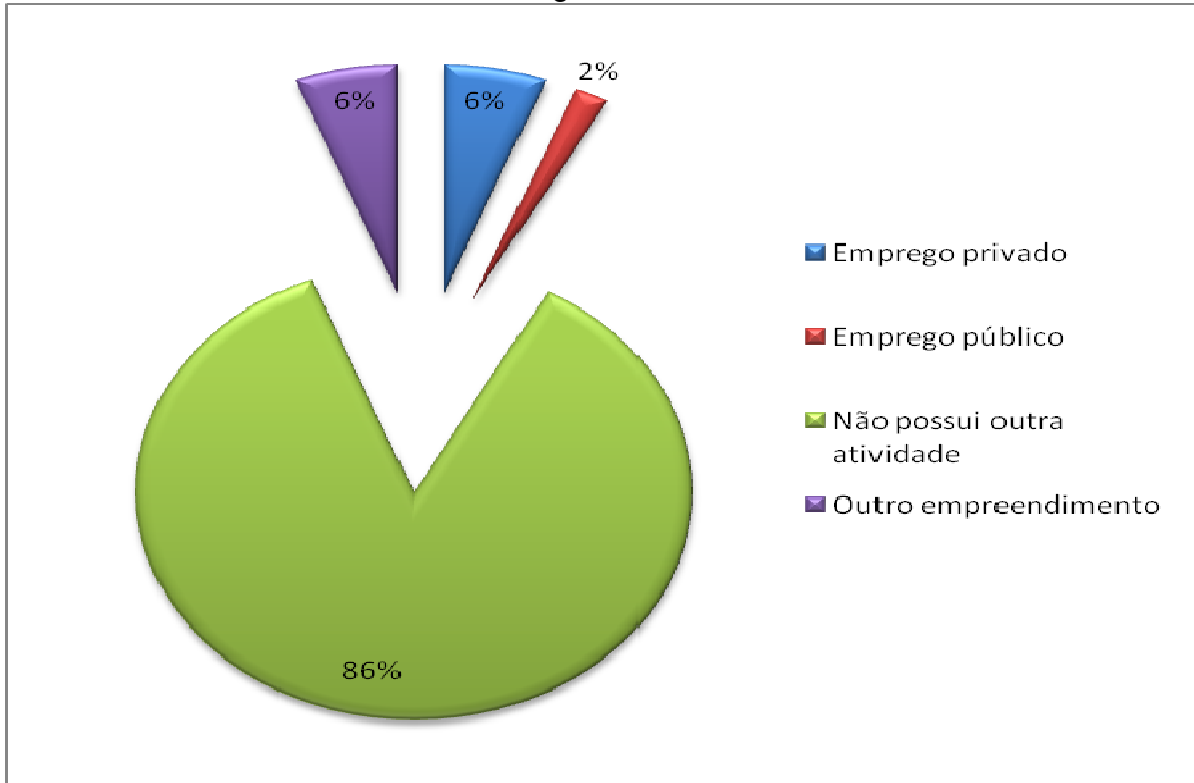
5.2.1 Fontes de geração de renda

As atividades desenvolvidas no ambiente rural deixaram de ser consideradas apenas de subsistência há muito tempo. Hoje a produção primária não é desenvolvida apenas pelos grandes produtores; os pequenos também enxergaram seu potencial e deixaram de produzir apenas para seu sustento e de sua família; resolveram pensar além e fazer daquela atividade da qual trabalharam a vida toda ou que ficou como legado de familiares, sua principal fonte de renda.

Em São José de Ribamar não é diferente, quase noventa por cento da amostra da pesquisa disse não possuir outra fonte de renda como demonstra o gráfico 3. Essas pessoas têm em seus empreendimentos rurais a única alternativa

de geração de renda, seguidos por empregos em empresas privadas bem como por outros empreendimentos que não caracterizam atividade rural e a menor parcela, apenas dois por cento, dessa população possui emprego público.

Gráfico 3 – Fontes de renda além da agricultura familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Vale ressaltar, que nas entrevistas informais foi recorrente a informação de que anteriormente, muitas dessas famílias trabalhavam como funcionários de outras propriedades, recebiam pouco pelo que trabalhavam e viviam em extrema condição de pobreza perceberam que seria mais lucrativo e sensato cuidar de suas próprias propriedades e como consequência estão “colhendo o fruto do que plantaram”. Há também muitos casos de agricultores que possuíam outros empregos e decidiram abandonar para viver somente da agricultura familiar. Como é o caso do Abdom, morador do bairro Mata:

Antes de trabalhar com isso aqui (sobre sua propriedade que possui hortaliças, açude e fruticultura), eu era bem empregado, trabalhava por um salário fixo todo mês. Eu trabalhava bem vestido, perfumado, mas viva sem dinheiro, tudo o que produzia ia para os patrões. Quando meu pai morreu, eu precisava tomar uma decisão: ou vender ou dar continuidade ao negócio. Havia muito a ser feito e os incentivos eram poucos, então eu decidi arriscar. Hoje vivo de minha produção, eu e toda a minha família; meus filhos trabalham comigo e serão eles e meus netos que irão continuar quando eu não puder mais. (Entrevista concedida ao autor)

Um dos grandes dilemas vividos pelos agricultores das comunidades pesquisadas é a falta de conhecimento e assistência técnica, porém diante da nova realidade do campo sendo visto também como local gerador de renda, alguns agricultores custeiam os estudos de seus filhos nas cidades para que retornem ao campo trazendo inovação, conhecimento tecnológico e que possam agregar a seus empreendimentos rurais. Conseqüentemente, isso faz com que os jovens permaneçam no campo evitando o êxodo rural, principalmente de jovens para o espaço urbano em busca de melhores condições de vida.

Diante disso, pode-se perceber o esforço dos agricultores nessas comunidades, em criar fontes de geração de renda para que seus filhos permaneçam no campo e dêem prosseguimento aquilo que construíram a vida toda. De acordo com o observado durante as visitas no decorrer da pesquisa, é nítida a preocupação dos produtores rurais em manter seus empreendimentos ativos e rentáveis para que sejam assumidos e geridos por seus filhos.

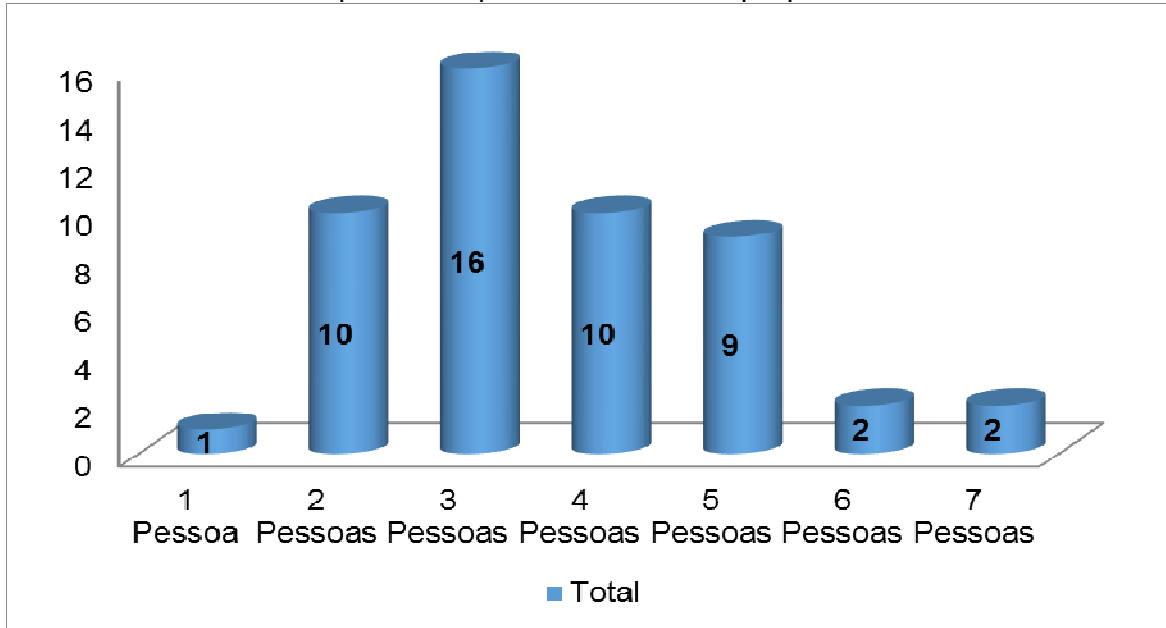
5.3 O perfil das propriedades rurais do município

Os cinquenta estabelecimentos familiares pesquisados desenvolvem atividades de avicultura, hortaliças, fruticultura, artesanato e outras atividades. Essas atividades acontecem, geralmente, em pequenas propriedades, que normalmente funcionam no quintal do próprio agricultor. Estes não dispõem de grandes propriedades, o que não significa que irão deixar de produzir. De início apenas o excedente da produção é que passou a ser comercializado, a partir daí os produtores perceberam o potencial produtivo de suas propriedades e investiram com mais afinco um excedente cada vez maior.

Grande parte dessas propriedades utiliza tecnologia em suas formas de produção, ainda que de maneira tímida, como irrigação, rotação de culturas, sementes melhoradas e vermifugação. Porém, esse dado não se aplica a todos, cerca de 20% das propriedades rurais de São José de Ribamar não possuem sequer algum tipo de tecnologia, ou seja, ainda estão tentando se inserir no novo modelo de produção familiar: aquele que vê além da mesa, além da porteira, aquele que enxerga o mercado; um meio de produção mais moderno que irá permitir maiores lucros e maior rentabilidade ao produtor.

De acordo com o gráfico 4, a quantidade de pessoas que trabalham nas propriedades rurais de São José de Ribamar variam de um até sete pessoas por unidade familiar, sendo que a maior concentração é de três pessoas por propriedade.

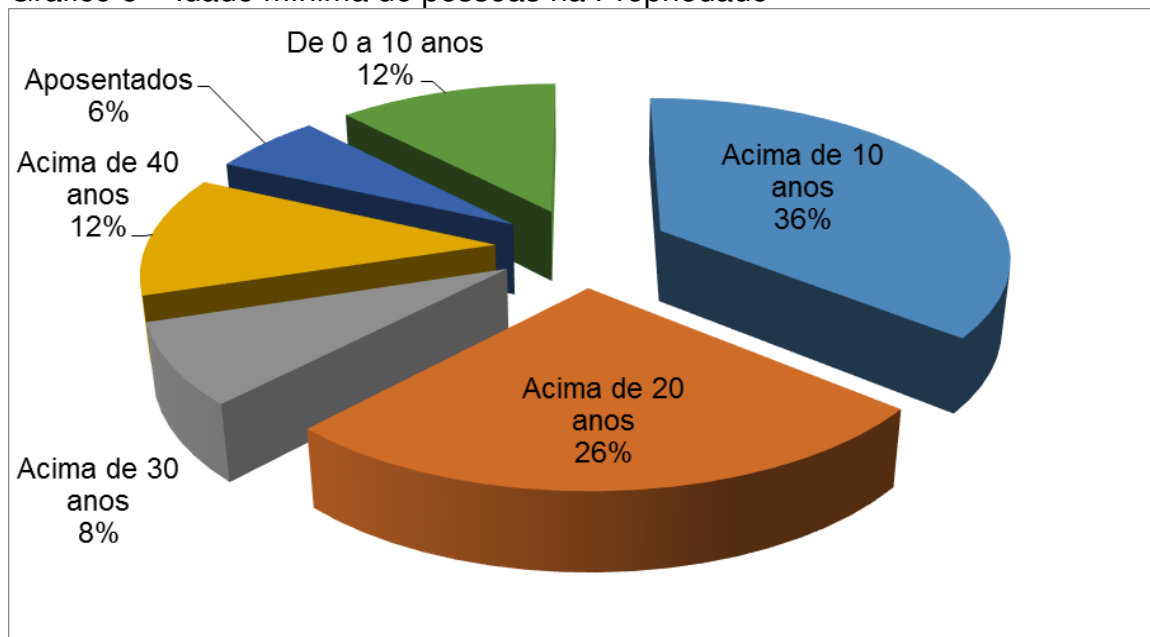
Gráfico 4 – Número de pessoas que trabalham nas propriedades rurais



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Diante disso, verifica-se que essas propriedades são dirigidas por pequenas famílias, cujas idades de seus integrantes estão expostas no gráfico 5.

Gráfico 5 – Idade mínima de pessoas na Propriedade



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Nas propriedades estudadas, 12% de seus habitantes têm menos de 10 anos; os habitantes acima de vinte correspondem a 26%; acima de 30 anos apenas 8% da população; 12% acima de 40 anos e apenas 6% aposentados. Neste caso, as propriedades rurais, são em sua maioria habitadas por crianças, jovens e adultos, sustentando a ideia de que o jovem está preferindo ficar no campo por vontade própria, para ajudar os pais a conduzir empreendimento, uma vez que este é negócio da família. Em todas as unidades familiares pesquisadas em que haviam crianças, todas frequentavam a escola, não houve nenhum registro de trabalho infantil pois através de entrevistas informais disseram que era importante que desde cedo eles conhecessem como o trabalho funciona, mas que ainda não estavam prontos para desenvolvê-lo na prática.

5.4 O Perfil do agricultor rural empreendedor

Dos 163.045 habitantes registrados pelo IBGE em 2010, apenas 37.709 moravam em áreas urbanas, a população rural do município somava 125.336 moradores, ou seja, mais da metade da população ribamarense vivia no campo. A principal fonte de renda nas áreas rurais sempre foi a agricultura que era cultivada em unidades familiares sem qualquer preparo técnico. Visto o grande potencial para aquecer a economia municipal, em 2007 o município começou a utilizar recursos dos governos federal e municipal para fomentar a atividade desses pequenos agricultores familiares.

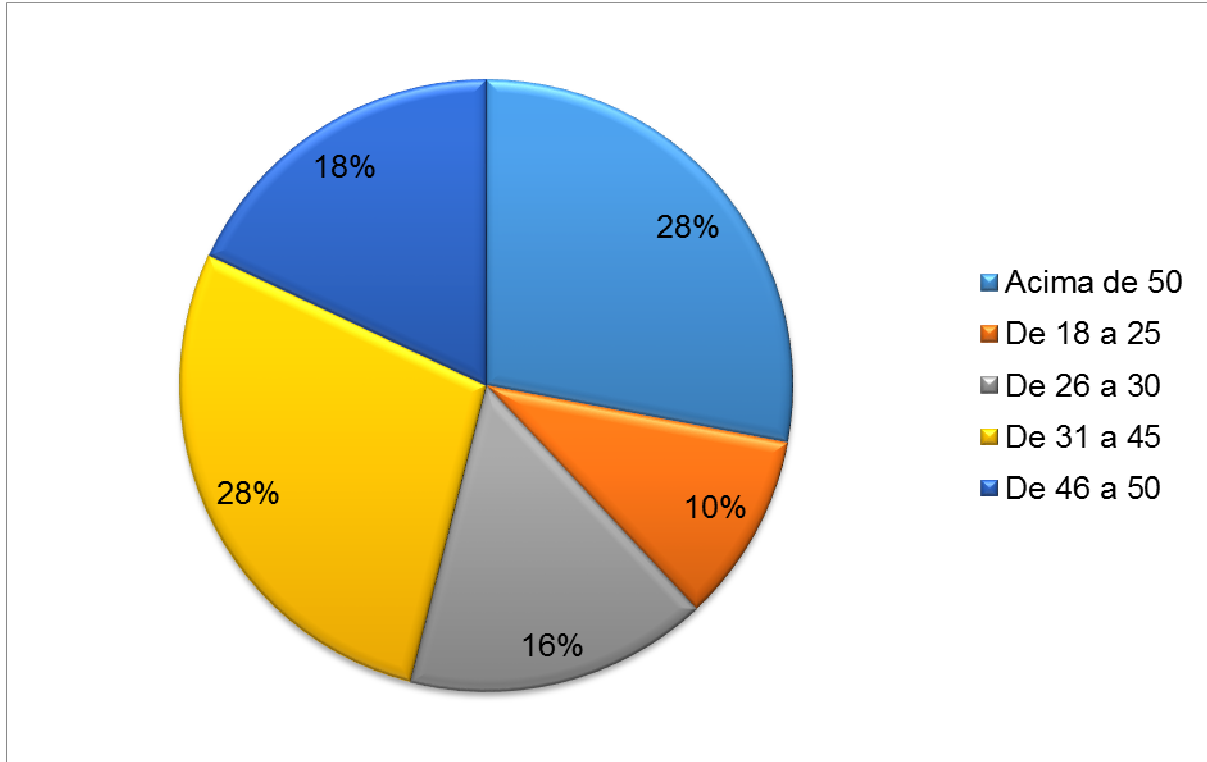
Mas quem são essas pessoas que resolveram se movimentar e transformar suas comunidades? Quem são esses que decidiram sair da zona de conforto e arriscar? Mostrar que não estavam mais dispostos apenas a sobreviver e sim a viver com mais dignidade? Quem são os que queriam ocupar seu espaço na sociedade por direito, mesmo conhecendo o árduo e difícil caminho que estavam prestes a seguir?

De acordo com os dados levantados durante a pesquisa, foi possível montar um perfil desses agricultores. Levando em consideração sua faixa etária, nível de escolaridade, renda mensal, bem como buscou-se identificar as atividades que estes desenvolvem.

De acordo com o gráfico 6, os empreendedores rurais da amostra pesquisada, são em sua grande maioria de 31 a 45 e acima de 50 anos, ambos com

um percentual de 28%, somando mais da metade dos pesquisados. De 46 a 50 anos somaram 18% da população; de 26 a 30 anos, foram pesquisados outros 16% e de 18 a 25 anos apenas 10%.

Gráfico 6 – Faixa etária

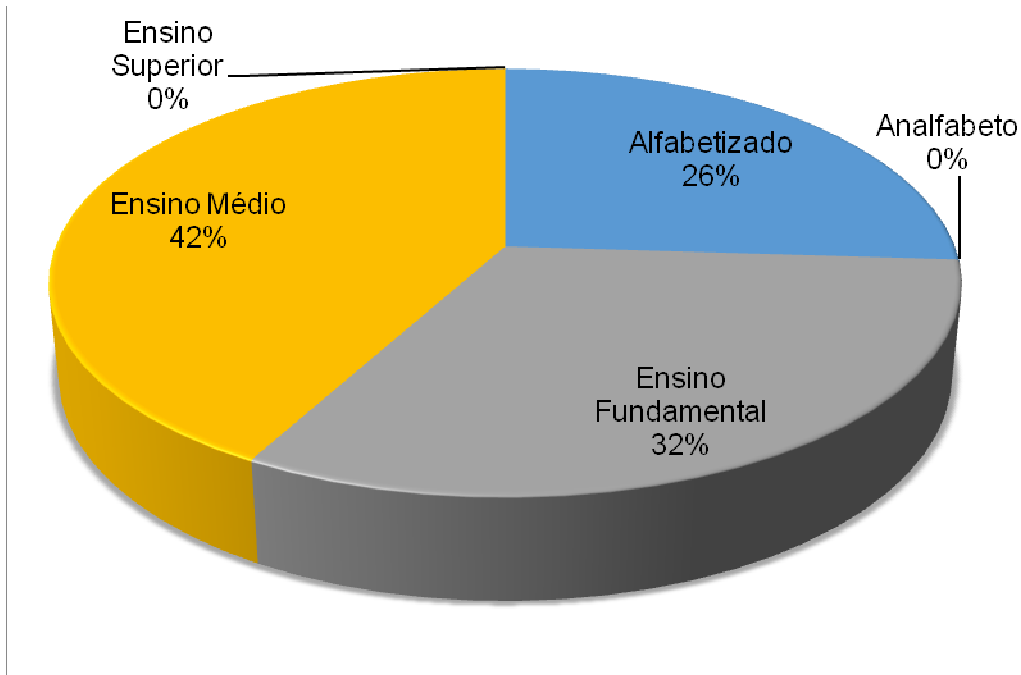


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Isso não significa que os jovens não estão se dedicando mais a essas atividades, já que nas propriedades rurais há um grande percentual de jovens entre 20 e 30 anos. Esse número corresponde aos líderes das respectivas unidades familiares, pois estes trabalham também com o auxílio dos filhos.

No gráfico 7, nenhuma das pessoas pesquisadas possui ensino superior. Em contrapartida, nenhuma delas se considera analfabeto. Um total de 26% são alfabetizados, 32% possuem o ensino fundamental, enquanto 40% tem o ensino médio completo. Dessa forma, cabe salientar que esses agricultores têm mais acesso à educação, podem se capacitar para melhor desenvolver suas atividades.

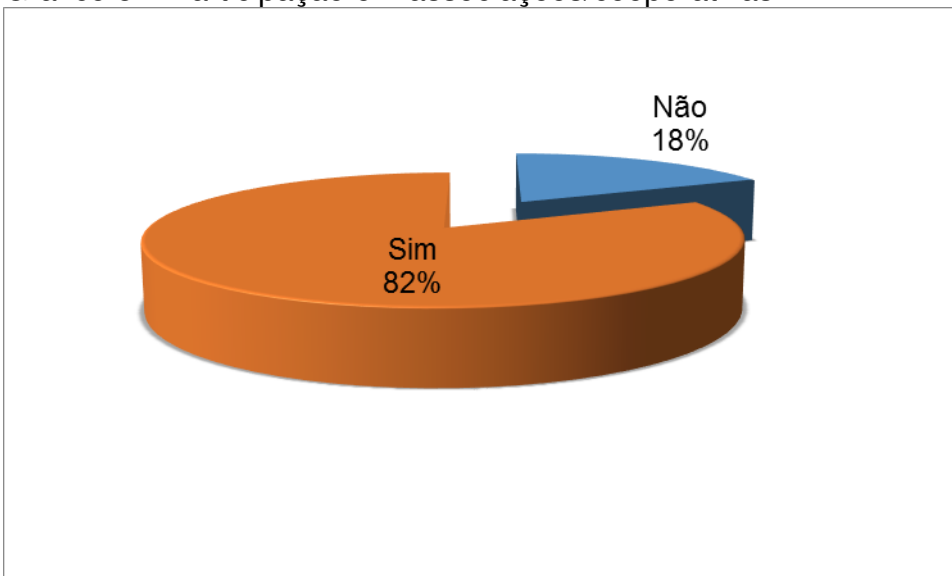
Gráfico 7 – Escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os efeitos dessa busca pelo aprendizado e aperfeiçoamento tem-se refletido em suas unidades familiares. Não estando contentes em repassar sua produção para atravessadores ou qualquer outra pessoa sem o mínimo conhecimento, faz com que muitos desses produtores se mobilizem, fazendo contatos e se reunindo em associações/cooperativas como mostra o gráfico 8.

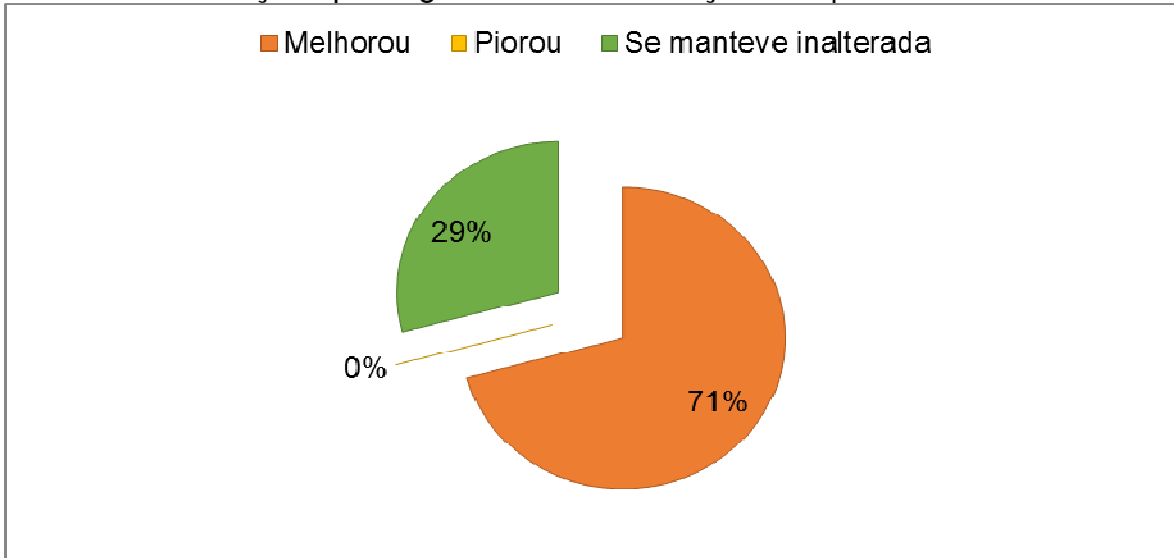
Gráfico 8 – Participação em associações/cooperativas



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Como diz um antigo ditado popular "unidos somos mais fortes", assim, tem feito alguns desses agricultores. Na verdade, da maioria deles, 82% fazem parte de associações/cooperativas por que entendem que juntos podem alcançar mais conquistas e romper barreiras. Através do cooperativismo eles vem compartilhando dicas, ideias, técnicas, e conseqüentemente, fortalecendo seus empreendimentos.

Gráfico 9 – Produção após ingressar nas associações/cooperativas

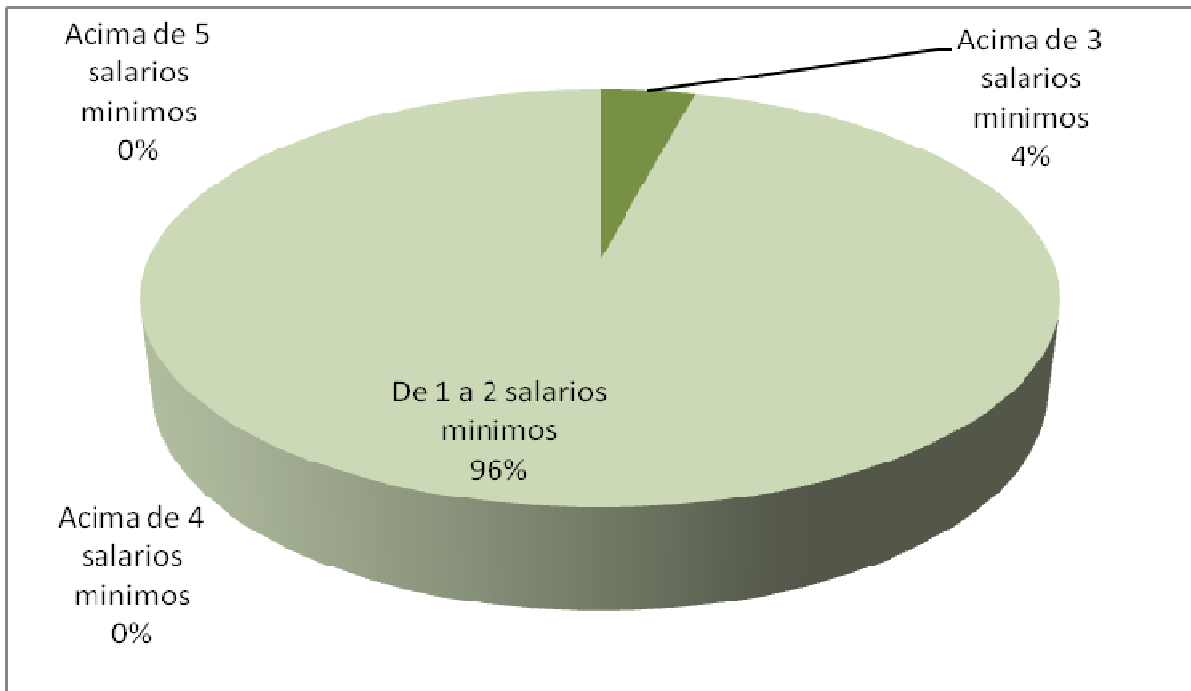


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O gráfico 9 demonstra que cerca de 70% dos agricultores após ingressarem em associações/cooperativas, sentiram que sua produção teve melhora, outros quase 30% permaneceram com a produção dos empreendimentos sem qualquer tipo de alteração. De acordo com o que foi observado e ouvido através de relatos dos agricultores é que esse número corresponde aos associados que ingressaram recentemente ou que não tem uma atividade dinâmica e ativa no mercado.

No que diz respeito à renda mensal, das unidades familiares pesquisadas, apenas duas dessas unidades possuem renda acima ou igual a três salários mínimos mensais. Os demais agricultores declararam ter renda entre um a dois salários mínimos por mês. Por ser uma atividade sustentável economicamente, menos de 15% da população tem outras alternativas de geração de renda como empregos públicos, privados e outros tipos de empreendimentos.

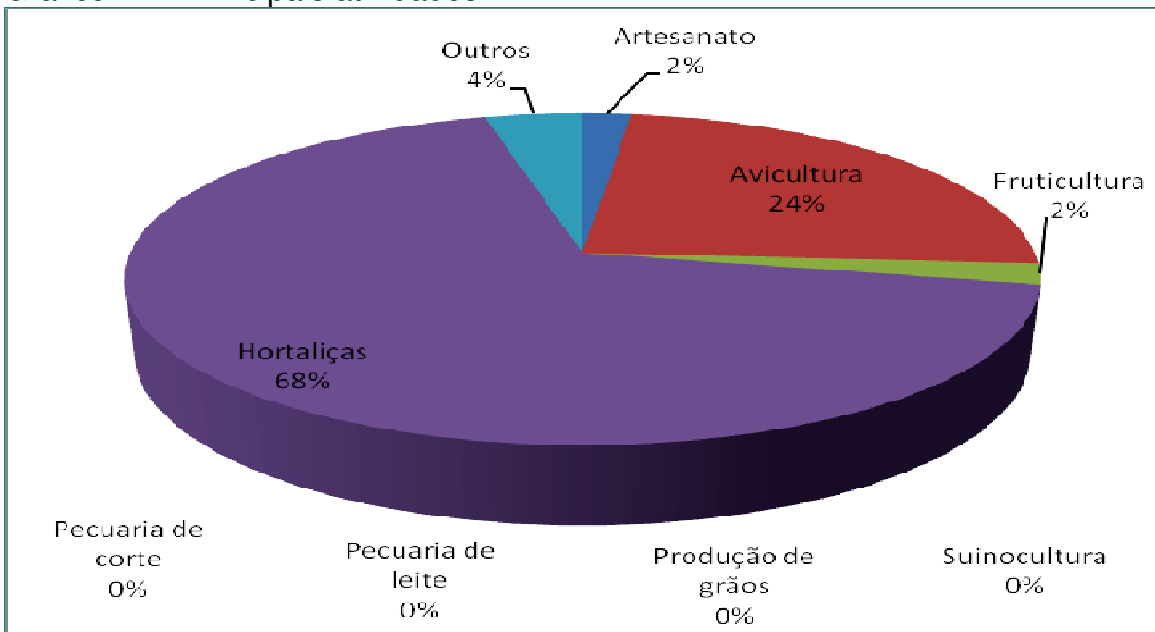
Gráfico 10 – Renda Mensal



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

As principais atividades desenvolvidas por esses empreendedores e responsáveis por esses quase 90% de geração de renda nas áreas rurais do município de São José de Ribamar. De acordo com o gráfico 11, o agricultor rural empreendedor em sua maioria, desenvolve a atividade de hortaliças, um total de 68% das unidades familiares pesquisadas. Seguida pela criação de aves e com um número tímido dos que trabalham com artesanato, fruticultura e outras atividades.

Gráfico 11 – Principais atividades



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

As visitas nas propriedades rurais, bem como as entrevistas e pesquisas, apontaram que desses quase 70% se dão principalmente devido ao fato do fomento e o incentivo dessas atividades no município ser mais intenso, uma vez que este cria demanda para os produtos advindos desse tipo de empreendimento. Dessa forma é conveniente para os produtores escoarem sua produção para a aquisição municipal e produzir de acordo com a necessidade, o que muitas vezes pode limitar ou minimizar o crescimento desses empreendimentos rurais.

Figura 3 – Fotos das atividades dos agricultores pesquisados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

5.5 O empreendedorismo rural como ferramenta de desenvolvimento social e econômico na comunidade

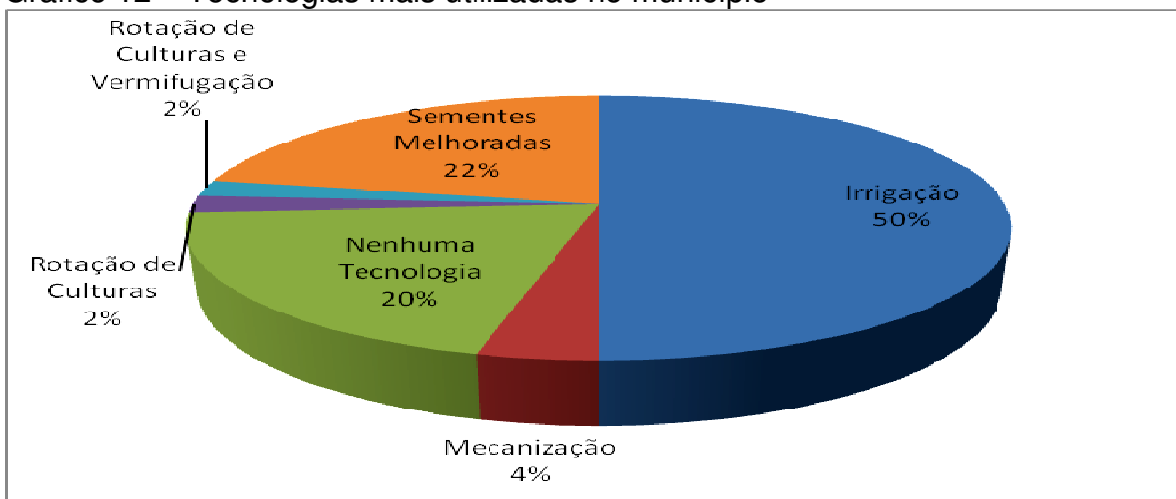
Segundo entrevistas informais, com técnicos agropecuários, funcionários da secretaria de agricultura municipal e assessores de crédito rural do município, o empreendedorismo rural, contribui diretamente na forma de oferta de alimentos de qualidade, na geração de renda e emprego no meio rural, uma vez que a produção familiar pode gerar postos de trabalho também para a comunidade, bem como na qualidade de vida dos produtores.

O empreendedorismo rural nessas comunidades funciona como ferramenta de desenvolvimento por que ele impulsiona e gera nos moradores a necessidade de melhorar suas unidades familiares, seus empreendimentos e consequentemente seus bairros, seus municípios.

5.6 Tecnologias e mecanismos utilizados pelos produtores rurais

O município de São José de Ribamar possui diferentes formas de empreendimentos rurais. Não é algo uniforme, comum, padrão. Em algumas regiões há um acesso maior à tecnologia e ao fomento através de programas governamentais, bem como incentivo à capacitação técnica dos agricultores. No entanto, em outras regiões é como se os agricultores estivessem vivendo em outra realidade. Em pleno século XXI estes desconhecem algumas tecnologias que poderiam ser utilizadas para ampliar seus negócios ou técnicas de produção muitas das vezes simples, mas que trariam inúmeras vantagens para sua unidade familiar.

Gráfico 12 – Tecnologias mais utilizadas no município



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Já é sabido que a atividade com o maior índice de empreendimentos em desenvolvimento no município é de hortaliças, logo a tecnologia mais utilizada por esses produtores são aquelas voltadas para melhorar a forma de cultivo, plantio e manutenção. Dessa forma, como mostra o gráfico 8, metade das unidades familiares pesquisadas utiliza sistema de irrigação e outras 22% das famílias trabalham com sementes melhoradas. Há pequenas propriedades em que foram encontrados vários tipos de mecanização. Em contrapartida é revelado um dado preocupante, um número bem expressivo de empreendimentos rurais, 20% das famílias pesquisadas não utilizam sequer nenhum tipo de tecnologia em suas formas de produção, todo o processo produtivo é realizado manualmente.

Figura 4 – Fotos de técnicas implantadas nas propriedades



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

5.7 Contribuições da agricultura familiar para a melhoria da qualidade de vida, dos agricultores familiares o impacto na renda e na condição social

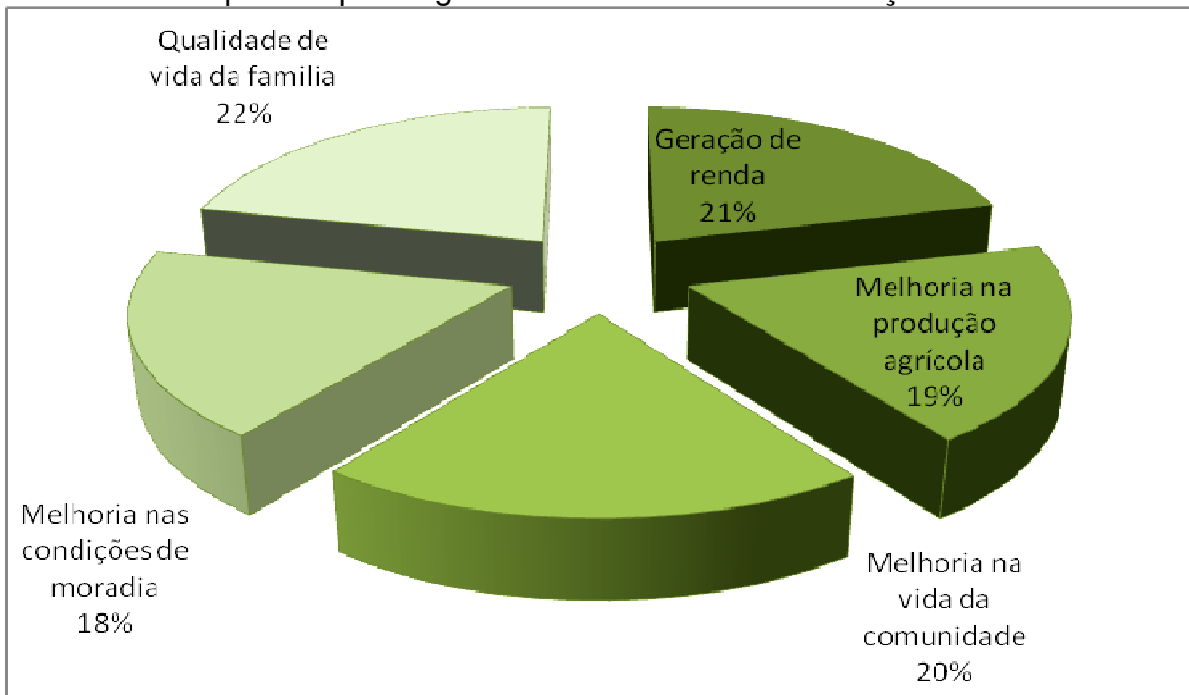
A população rural de São José de Ribamar tem sentido os efeitos do resultado de seu trabalho, que deixou de ser voltado apenas para subsistência e se expandiu para ser comercializado.

Esses números justificam os benefícios atrelados às famílias empreendedoras que possuem como única fonte de renda a produção rural.

Famílias estas que outrora não tinham recursos os suficientes para comprar uma geladeira, por exemplo, agora sustentam suas famílias, adquirem bens de acordo com suas condições e ainda conseguem guardar dinheiro, segundo relatos das mesmas.

Diante dos estudos feitos durante a realização deste trabalho, não restaram dúvidas de que a agricultura familiar é uma ferramenta primordial para o desenvolvimento do homem do campo e da economia local, bem como do lugar onde vive. A população rural de São José de Ribamar tem sentido os efeitos do resultado de seu trabalho que deixou de ser voltado apenas para subsistência e se expandiu para ser comercializado. Esses efeitos podem ser medidos principalmente através da melhoria da qualidade de vida das famílias produtoras, melhoria nas condições de moradia, melhoria na vida da comunidade, melhoria na produção agrícola e aumento na geração de renda nas comunidades rurais do município como expõe o gráfico 13.

Gráfico 13 – Aspectos que a agricultura familiar trouxe mudança

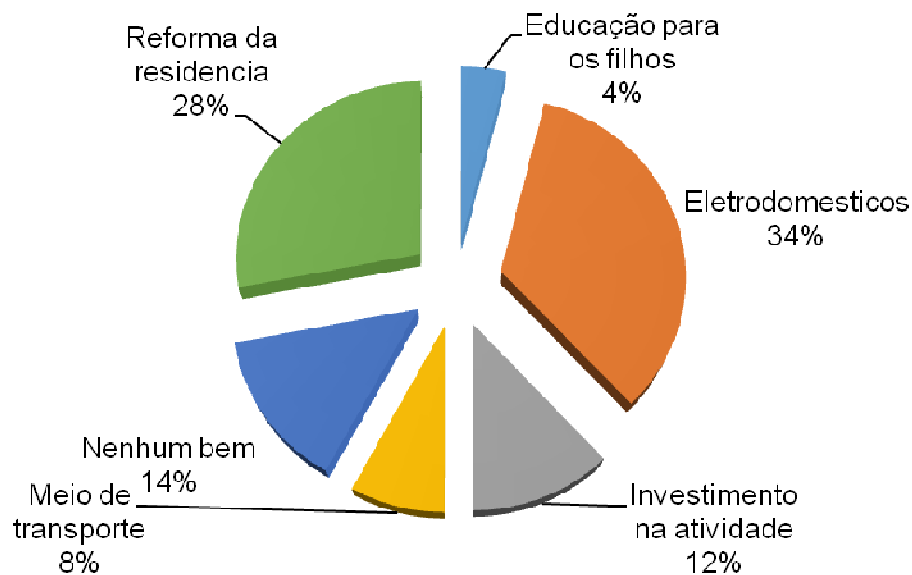


Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Diante disso, a atividade da agricultura familiar é apontada como a principal responsável por contribuir de forma significativa para essas mudanças no meio rural, impactando de forma positiva a vida dos produtores e de suas comunidades.

De acordo com o gráfico 14, que menciona os principais bens adquiridos pelos agricultores familiares, demonstra que estes compraram mais eletrodomésticos com os recursos da atividade, cerca de 30% do total de pesquisados. Por outro lado quase 30%, reformaram suas residências, 8% compraram meios de transporte e 4% usam os recursos para investir na educação de seus filhos. Há uma parcela de 12% dessa população que investiu somente na atividade, segundo eles, estão trabalhando arduamente para ver e colher os frutos de seu trabalho, um investimento a longo prazo que dependendo das variáveis como: baixa produtividade, dificuldades na safra, problemas na comercialização ou dificuldade de acesso a mercado, possam prejudicar os empreendimentos.

Gráfico 14 – Bens adquiridos através da agricultura familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Houve melhoria significativa na condição social das famílias empreendedoras que agora, empregam recursos da atividade rural em reforma das residências, inclusive em algumas comunidades a maioria dos agricultores rurais possui casas com ar condicionado e boas condições de infraestrutura. Aumentou também o poder aquisitivo dessas famílias, que agora podem adquirir eletrodomésticos como fogões, geladeiras duplex, televisores de última geração; puderam adquirir também meios de transporte como carros, motos, caminhonetes e etc.

Alguns produtores chegam a custear educação de melhor qualidade para seus filhos e netos e principalmente, empregam investimentos na própria atividade para que continue se desenvolvendo mais e melhor.

5.8 Contribuições do empreendedorismo rural, para a economia municipal

A iniciativa de empreender no meio rural, onde aparentemente os recursos de tecnologia e ferramentas de gestão são escassos, a priori pode parecer ariscado, mas, percebe-se que essas famílias, que estão ampliando suas unidades produtivas, buscam além de melhores condições de vida ou de sobrevivência; eles também buscam seu lugar no mercado e ampliar seus empreendimentos a fim de que cresçam e para isso, necessitam empregar da tecnologia cada vez com maior frequência, já que o próprio mercado exige que estes se atualizem.

Técnicos agropecuários do município estudado, funcionários da secretaria de agricultura municipal e assessores de crédito rural do município afirmaram através de entrevistas informais que, dentre as várias contribuições do empreendedorismo rural por meio da agricultura familiar para o município, está a garantia de alimento de qualidade, geração de renda aos produtores e envolvidos, além do acesso facilitado a programas e linhas de crédito rural. Contribui também com a diminuição do êxodo rural, agora as pessoas estão se voltando para o campo, fazendo o movimento inverso.

Além disso, aumenta a credibilidade do município em relação a futuros investimentos inclusive a nível nacional. Empreendedorismo rural contribui também através do aquecimento da economia local. O secretário adjunto da Secretaria Municipal de Agricultura Pesca e Abastecimento de São José de Ribamar (SEMAGRI), Arlan Meneses, disse em resposta a questionamento feito sobre possíveis contribuições da agricultura familiar para a economia municipal que tal aquecimento da economia local, corresponde em uma das contribuições mais relevantes para o município, pois o agricultor e sua família, gastam seu dinheiro no próprio município, ou seja, não precisa, realizar a venda de seus produtos de forma exclusiva em outras regiões, a exemplo em São Luís ou Raposa, ou seja, nas palavras do entrevistado “eles vendem aqui e os gastos também são feitos aqui”.

Os agricultores também contribuem para a diversidade de comercialização nos mercados e feiras populares, criando mais uma alternativa de

renda. Existem aqueles que não vendem diretamente ao consumidor e então, abastecem os feirantes locais, contribuindo para a venda de produtos de boa qualidade.

Conforme a cartilha “Agricultura Familiar - um bom negócio para o desenvolvimento local” SEBRAE (2014, p.05): “O agricultor familiar que fornece a sua produção para a alimentação escolar contribui para o desenvolvimento econômico regional, a valorização dos produtos familiares, incentiva a organização, cooperação e a formalização e a inclusão social e econômica do homem do campo”.

Neste caso, os agricultores familiares de São José de Ribamar têm dado sua contribuição para o crescimento e desenvolvimento social/econômico municipal, impulsionando suas unidades produtoras, já que perceberam qual o caminho a seguir. Ademais, alguns agricultores sentiram que podem alçar voos maiores e estão dando impulso ao mercado local, e ganhando visibilidade externa inclusive de outras regiões do país.

5.9 Análise das ações de fomento existentes no município e destinadas ao produtor rural, sua pertinência e eficácia.

Sozinha a agricultura familiar não sobrevive. Nesse caso as ações de fomento governamentais possuem um papel fundamental para que essas unidades familiares produtoras se desenvolvam. Segundo levantamento feito pela Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura (FAO), em alguns países da América Latina e Caribe, a agricultura familiar pode representar mais de 80% das propriedades agrícolas, mais de 60% da produção total de alimentos e mais de 70% dos empregos na zona rural.

Diante disso, o governo brasileiro resolveu firmar parcerias com os governos estaduais e municipais para tentar alavancar a produção agrofamiliar nos municípios do país. O maior desafio segundo Bruno Quik Gerente da Unidade de Políticas Públicas do SEBRAE (2014) seria fomentar a comercialização dos gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores familiares com as prefeituras e os governos estaduais. Para atender a esses objetivos, e também contribuir para a inclusão social e econômica do homem no ambiente rural, bem como para contribuir para o desenvolvimento local sustentável é que o Governo Federal criou duas importantes políticas públicas: O PAA e o PNAE.

O PAA é o programa de aquisição de alimentos, é gerenciado pelo Ministério do desenvolvimento social e combate a fome/MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA em parceria com os governos estaduais e municipais, contribui para a erradicação da fome e estimula a produção local e sustentável. Foi criado pela Lei nº10.696, de 02 de julho de 2003, tendo como principais objetivos:

I) incentivar a agricultura familiar, assegurando mercado consumidor para parte da produção;

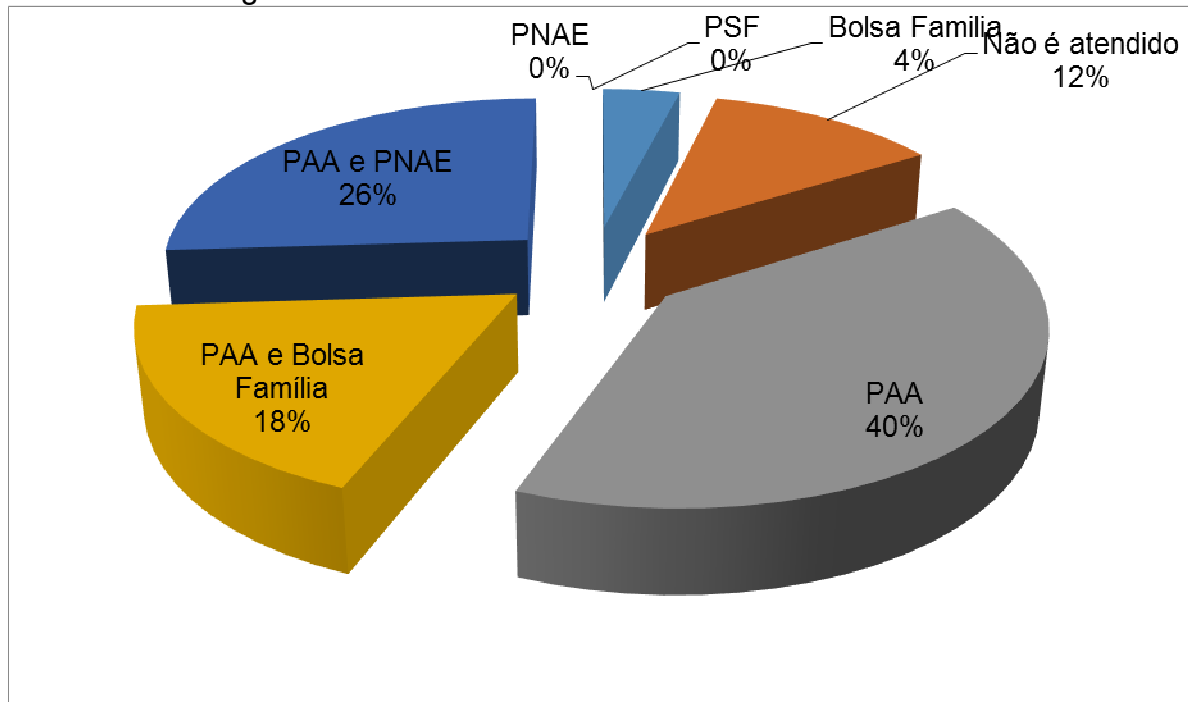
II) Ofertar alimentação saudável para a população usuária das redes de serviços públicos como escolas e unidades de saúde, por exemplo.

Em São José de Ribamar o PAA, foi instituído em 2007 como a principal forma de fomento à agricultura familiar local, através de um Sistema de Comercialização da Produção Local de Alimentos. Esse sistema inclui ações integradas de aquisição, distribuição, comercialização e beneficiamento de alimentos da agricultura familiar produzidos no município. A distribuição acontece nas escolas, entidades assistenciais e na cozinha municipal. Cada produtor tem um limite de até R\$ 6.500 / ano por agricultor.

Já o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma ação do Governo Federal que visa garantir a oferta de alimentos saudáveis e nutritivos para os alunos da rede pública de ensino, durante o período em que estarão na escola. Para a devida execução desse programa, deve ser empregado pelo menos 30% de todos os recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento para a Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar. As compras do PNAE estão isentas de licitação, em todo o Maranhão, não há incidência de impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O objetivo de execução do PNAE é melhorar as condições de funcionamento da rede pública municipal de ensino e, também, gerar renda e trabalho para os agricultores, dinamizando a economia local.

No gráfico a seguir, constam os principais programas de fomento existente no município e como está dividida a população pesquisada. Nitidamente o programa que mais atende os agricultores familiares é o PAA, 40% das unidades familiares são atendidas por ele. Em seguida, está o PAA junto com o PNAE, onde 26% dos agricultores utilizam os dois programas, bem como o PAA e o Bolsa Família atendem juntos, a 18% da população. Nenhuma das unidades familiares pesquisadas participa somente do PNAE ou do PSF - Programa da Saúde Familiar.

Gráfico 15 – Programas de fomento



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Além desses programas de incentivo à agricultura familiar, o município através da SEMAGRI, realiza a capacitação de agricultores através de parceria com o SENAR (o SENAR é o responsável pela formação profissional dos produtores, pela capacitação de instrutores e pelo treinamento dos técnicos que atuarão na Assistência Técnica e Gerencial.), as associações de cada pólo agrícola cadastram no mínimo dez participantes por curso. No demais existe a feira do produtor que acontece todas as quintas feiras. Em parceria com o Governo estadual e municipal também implantou algumas medidas como:

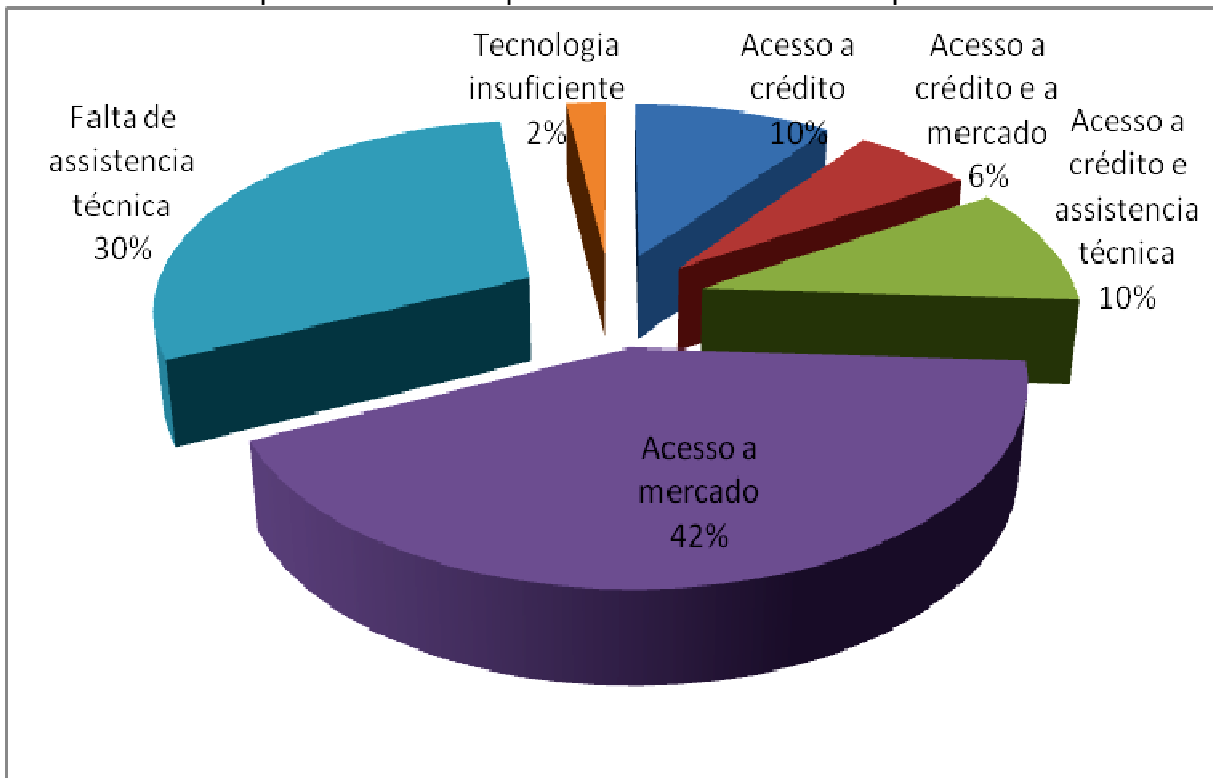
- I) Manutenção de uma unidade de recebimento e distribuição de alimentos-URDA;
- II) Organização de feiras e mercados populares;
- III) Instalação de abatedouros para aves e matadouros para animais de pequeno porte;
- IV) Instalação de unidades para resfriamento e beneficiamento de pescado;
- V) Instalação de unidades para processamento de frutas.

Mesmo com todas essas ações de fomento, não é o bastante, algumas regiões rurais do município ainda encontram muitas dificuldades para dar

continuidade a seus empreendimentos. Enquanto os programas de fomento, assistência técnica, acesso a crédito e comercialização chega fácil a alguns, outros nem sequer tem conhecimento sobre esse tipo de prática, a não ser de ouvir falar. Esse número chega a um total de 12% da população pesquisada, ou seja, a cada 50 agricultores familiares 6 deles não tem acesso a nenhum programa de fomento de seus empreendimentos.

O Governo distribui sementes melhoradas para alguns produtores, no entanto, segundo alguns agricultores, não são de boa qualidade e quando plantadas não produzem como o esperado, outros nem sequer chegam a receber. Só resta então a esses produtores comprarem essas sementes e outros equipamentos, como vermifugação, remédios para pragas e equipamentos de mecanização, sendo que o município eventualmente disponibiliza equipamentos como tratores e outras máquinas para auxiliar na produção de alguns agricultores. Visto isso, são inúmeras as dificuldades para que os empreendimentos cresçam e se desenvolvam como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 16 - Principais dificuldades para o crescimento dos empreendimentos rurais



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A comercialização dos produtos ainda é um grande gargalo nos empreendimentos rurais, muitas das unidades familiares, inclusive as que são

atendidas pelos programas de fomento, tem dificuldade para escoarem sua produção. Cerca de 40% dos agricultores familiares consideram como principal dificuldade o acesso a mercado, o município compra no máximo 6.500/ano por agricultor, mas tem unidade familiar que produz esse montante apenas em uma safra, o que fazer com a produção do restante do ano?

Gráfico 17 – Formas de comercialização



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Como expõe o gráfico, 40% dos agricultores vendem sua produção exclusivamente para o Programa Compra Local, outros 30% além de vender para o programa também vendem em municípios vizinhos, 22% dos agricultores familiares pesquisados vendem para a compra local e abastecem as feiras do município. Por outro lado, há 8% dos produtores que vendem exclusivamente para outros municípios, estes já têm clientes certos para quem fornecer seus produtos ou são obrigados a entregar tudo o que produzem aos chamados “atravessadores”, pessoas que compram os produtos por um preço na unidade familiar e vendem nos mercados e feiras por um preço bem maior. Muitos agricultores para não perder a produção, mesmo tendo prejuízos são obrigados a sujeitar-se a esse tipo de venda. Como é o caso de João, 61 anos de idade, morador do bairro Itapari, que produz frutas e sua mulher e filha têm uma produção de hortaliças:

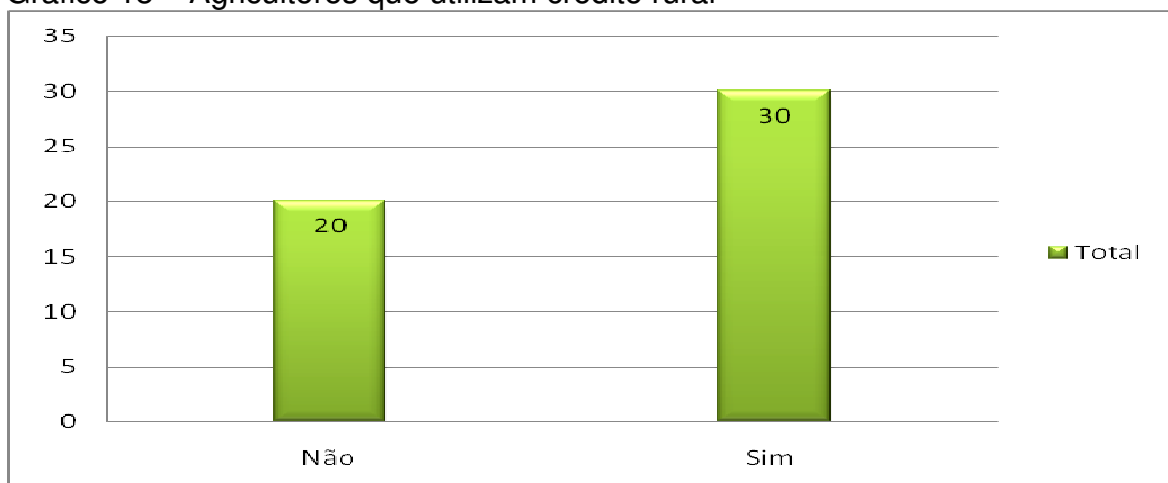
Eu e minha mulher já somos idosos, minha filha não possui muitos conhecimentos de mercado, então o que a gente produz e a prefeitura na compra é o jeito vender para os atravessadores que irão levar para os feirantes, mesmo sabendo que eles comprarão nossos produtos por preços realmente abaixo do mercado (Entrevista concedida ao autor).

Outro fator que dificulta o crescimento dos empreendimentos para 30% dos produtores é a falta de assistência técnica. Segundo a SEMAGRI o município trabalha com pólos agrícolas e somente os bairros que estão dentro desses pólos recebem auxílio técnico. Sob a ótica dos produtores, não é bem assim que funciona, existem produtores que mesmo dentro dos bairros rurais mais produtivos nunca receberam uma visita técnica, tal ação pode ser justificada por se tratar de propriedades bem pequenas e em baixa produtividade, mas com grande potencial. Como é o caso do produtor de hortaliças do bairro Itapari, José Antônio Ferreira da Silva.

Eu nunca recebi um técnico em minha propriedade para me orientar sobre algumas técnicas de produção ou qualquer outra coisa, implantei meu sistema de irrigação improvisada sem qualquer assistência técnica, e eu sei que no município tem técnico para atender a comunidade (Entrevista concedida ao autor).

A insuficiência tecnológica, também dificulta o crescimento dos empreendimentos em 2% das unidades familiares, levando em consideração que nem todos os estabelecimentos familiares utilizam algum tipo de tecnologia. O acesso a crédito também é um dos maiores gargalos para o crescimento das atividades desenvolvidas na unidade familiar. Entre os agricultores pesquisados, a maior parte conta com o auxílio de crédito rural para investir na sua propriedade como mostra o gráfico a seguir.

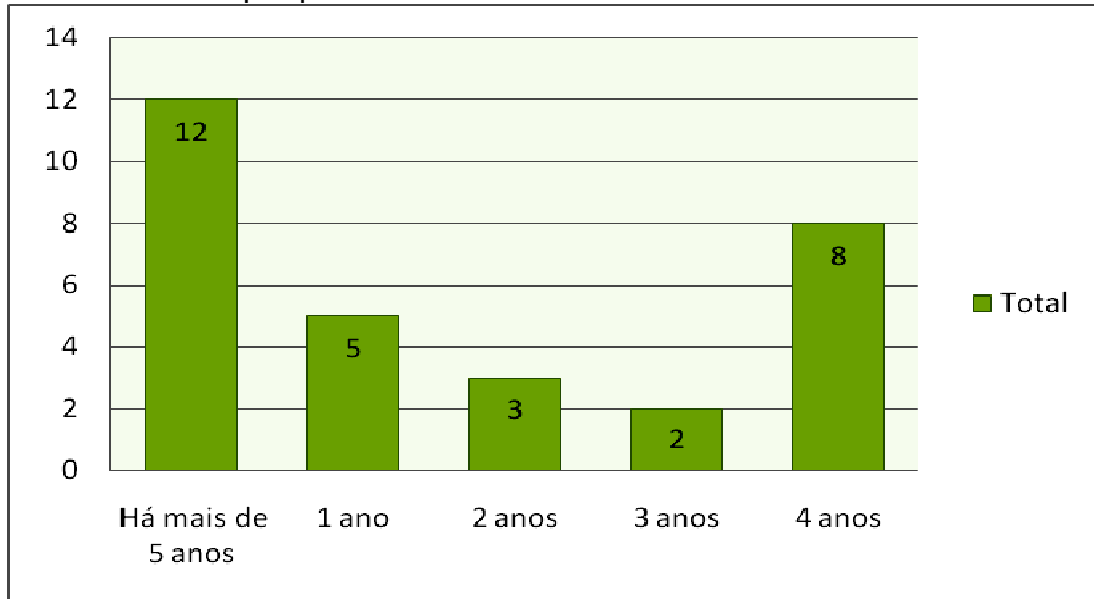
Gráfico 18 – Agricultores que utilizam crédito rural



Fonte: Elaborado pelo autor

Mesmo com mais da metade da população utilizando algum tipo de financiamento rural, as linhas de crédito disponibilizadas para estes muitas das vezes são insuficientes. Neste caso, não é vantajoso para o produtor tirar junto aos bancos o valor de um financiamento que ele pode ter direto de sua produção. O ideal seria disponibilizar maiores linhas de crédito.

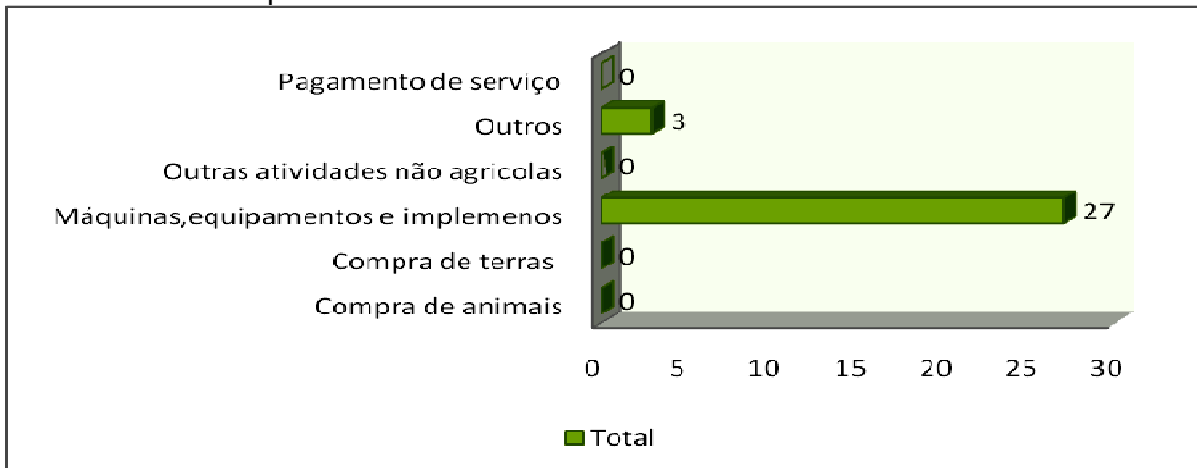
Gráfico 19 – Tempo que utilizam crédito rural



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Ainda que as linhas de crédito disponíveis não sejam vantajosas ao produtor rural, há muitos deles que permanecem utilizando há mais de cinco anos já que esta, em alguns casos é a única maneira de injetar investimento em suas unidades produtivas.

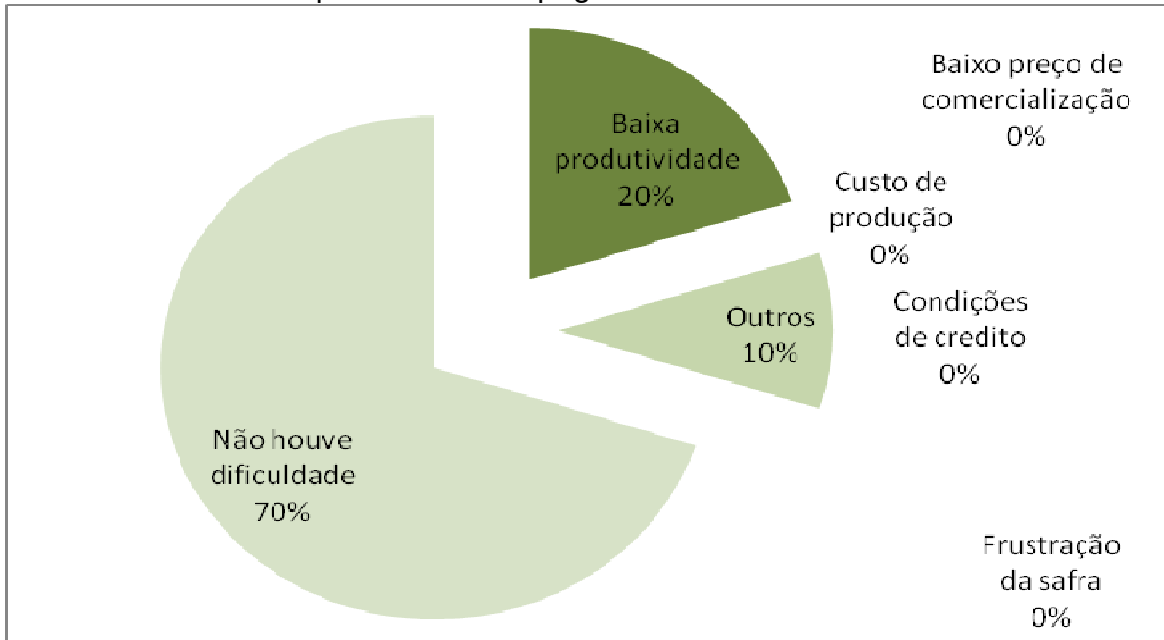
Gráfico 20 – Principais destinos do crédito rural



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O gráfico mostra que o principal motivo pelo qual os agricultores precisam de crédito rural é para investir em máquinas, equipamentos e implementos que irão auxiliar na produção.

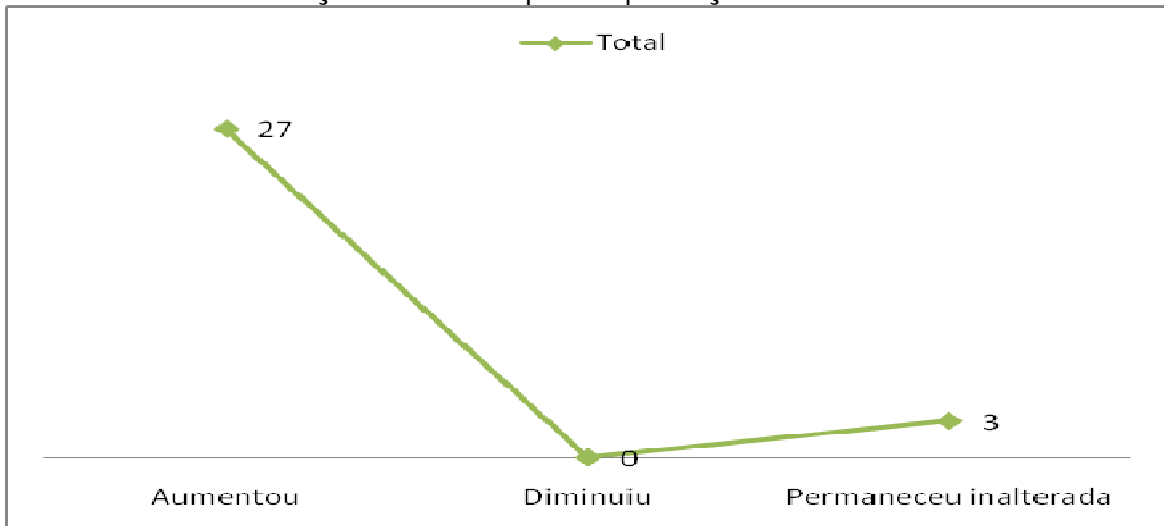
Gráfico 21 – Fatores que dificultam o pagamento do crédito rural



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

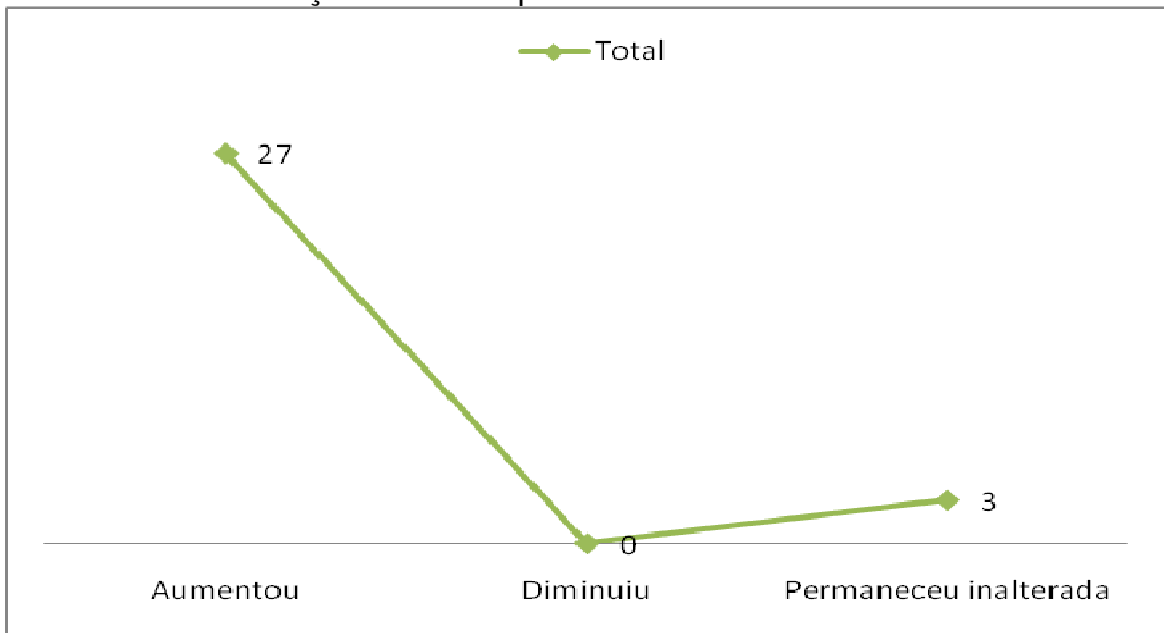
Dentre os agricultores, 70% não têm nenhuma dificuldade de reembolsar o crédito, com os recursos da própria atividade. Por outro lado 30%, da população rural que utiliza financiamento para fomentar seus empreendimentos têm dificuldades para pagar aos bancos, principalmente por períodos de baixa produtividade e outros problemas.

Gráfico 22 – Contribuição do crédito para a produção



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Gráfico 23 - Contribuição do crédito para a renda familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Tanto a contribuição do crédito para a produção quanto para a renda da família aumentou em vinte e sete unidades familiares e apenas em três permaneceram inalteradas, ou seja, mesmo com as limitações, a insuficiência na produção, as desvantagens competitivas em relação a outros produtores que tem acesso a maiores linhas de crédito rural, ainda assim esses agricultores alcançaram melhoria no processo produtivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se propôs a analisar e compreender a importância do empreendedorismo rural, através da agricultura familiar na geração de renda e desenvolvimento local, evidenciando a devida contribuição dos produtores e de suas unidades familiares, bem como dos empreendimentos nos quais eles atuam nas comunidades rurais de São José de Ribamar. Isso se deu através de uma amostragem de cinco importantes bairros para a agricultura familiar do município.

Para compreender como as unidades produtivas estudadas são consideradas empreendimentos, buscou-se fazer uma trajetória do surgimento do empreendedorismo e estudar conceitos de autores como Schumpeter (1985), que caracteriza muito bem o empreendedor rural com seu conceito de empreendedorismo, quando diz que este: “não é somente aquele que cria um produto/serviço inexistente, o empreendedorismo pode acontecer onde já surgiu um negócio”. Houve a preocupação de estudar o conceito de empreendedorismo rural, caracterizar agricultura familiar e diferenciar agricultor patronal de agricultor familiar.

A relevância da pesquisa se dá através dos benefícios atrelados ao crescimento dos empreendimentos no meio rural, quebrando paradigmas de que o agricultor familiar produz apenas para subsistência de sua família. Pode - se perceber, que apesar da falta de conhecimento sobre gestão de negócios, ainda assim os produtores estão ampliando suas unidades produtivas para além da mesma, especificamente em nível de mercado. O objetivo da pesquisa gira em torno, exatamente das consequências que essa ampliação do negócio rural tem trazido para a comunidade em forma de desenvolvimento econômico/social.

No que diz respeito aos resultados das análises, chegou-se à conclusão da enorme importância da agricultura familiar para a comunidade rural de São José de Ribamar, pois é a principal forma de produção de conhecimento dos moradores, portanto o único meio desses produtores terem um empreendimento. Quanto à atuação da agricultura no desenvolvimento da comunidade, varia de importante a muito importante, dependendo da situação dos produtores. Existem aqueles que já produzem em maior escala, com maiores incentivos e mais alternativas e aqueles que têm muitas limitações para crescer e que convivem com inúmeras dificuldades no processo de produção.

A pesquisa revelou que a agricultura familiar é a principal atividade desenvolvida no espaço rural do município estudado, segundo informações levantadas quase 90% da amostra revelou não possuir outra fonte de renda. Essas atividades são desenvolvidas em pequenas propriedades com no máximo sete moradores e no mínimo um, em grande parte habitadas por crianças, jovens e adultos, sustentando a ideia de que o jovem está permanecendo ainda mais no campo. Em relação ao nível de conhecimento, nenhum dos agricultores possui ensino superior, mas também ninguém se considera analfabeto isso mostra que eles têm mais acesso à educação e podem se capacitar para melhor desenvolver suas atividades. O que pode ter contribuído para que os agricultores decidissem se juntar e formar associações para se fortalecer e melhor comercializar seus produtos, aumentando a produção e a renda familiar, conseqüentemente aumentando o potencial produtor de suas principais atividades como hortaliças e avicultura.

O empreendedorismo rural, por intermédio da agricultura familiar no município, funciona como ferramenta de desenvolvimento por que ele impulsiona e gera nos moradores a necessidade de melhorar suas unidades familiares, seus empreendimentos e conseqüentemente seus bairros e municípios. Assim, contribuindo na oferta de alimentos de qualidade, geração de renda e emprego no meio rural, além de gerar postos de trabalho também para a comunidade, bem como na qualidade de vida dos produtores.

A maioria das unidades familiares pesquisadas utilizam a tecnologia em sua produção, mas por outro lado, ainda existem empreendimentos rurais onde todo o processo produtivo é realizado manualmente. Através da pesquisa, percebeu-se que a falta de tecnologia pode prejudicar a produção rural, afetando as contribuições para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, melhorando a condição social das famílias empreendedoras, de forma a reverter os lucros da produção na aquisição de bens como meios de transporte, eletrodomésticos, reforma de casas, investimento em educação dos filhos e etc.

A contribuição da agricultura para o crescimento do município se dá pelo aumento da credibilidade deste em relação a futuros investimentos inclusive a nível nacional, através do aquecimento da economia local e da diversidade de comercialização nos mercados e feiras populares, criando mais uma alternativa de renda. O município por sua vez, para fomentar essas atividades desenvolve

programas para atender os agricultores familiares, além de capacitação de agricultores através de parceria com o SENAR, e entre outros.

A comercialização dos produtos ainda é um grande gargalo nos empreendimentos rurais, muitas unidades familiares não cresceram o suficiente nem contribuíram acentuadamente para o desenvolvimento de suas comunidades porque tem dificuldade de vender seus produtos. Muitos chegam a optar pelo crédito rural, para investir em máquinas, equipamentos e implementos que irão auxiliar na produção. Apesar das linhas de crédito disponível não serem consideradas o suficiente.

Diante disso, cabe ressaltar que os agricultores de São José de Ribamar, apesar das dificuldades como tecnologia insuficiente, falta de assistência técnica, baixas linhas de crédito, ainda assim fizeram um bom progresso. Porém, ainda há muito a ser feito, explorado e melhorado para que seu potencial empreendedor de fato venha ser mostrado. Além disso, para que o desenvolvimento tanto econômico quanto social cresça nessas comunidades, em que há empreendedorismo rural, a agricultura familiar se torna um propulsor na geração de renda e do desenvolvimento local.

A pesquisa mostrou que a agricultura familiar é a única fonte de renda de mais da metade da comunidade rural, além de atingir a maior parte da população municipal, já que existem mais habitantes nas áreas rurais do que nas urbanas. A produção dessa comunidade rural é direcionada para aquecer a economia local, gerar renda e postos de trabalho no campo; retirar as famílias da pobreza extrema e contribuir para o desenvolvimento econômico social do município. A agricultura familiar contribui significativamente para impulsionar a economia e promove desenvolvimento não só na área rural como em todo o município.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Paulo. **Empreendedorismo rural e redes sociais**. 2009. Disponível em: <<http://agropecuariadepequenoporte.wordpress.com/tag/empreendedorismo-rural/>> Acesso em: 02 abr. 2016.
- ALCÂNTARA, R.L. C; SOUZA, A.P.O. **Inserção da pequena agricultura familiar no mercado de nichos: o caso da AGRECO no Estado de Santa Catarina-BR**. Data do artigo não informada. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/09O441.pdf>>. Acesso em 22 de mai. 2016.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Caderno Especial Agroamigo 10 anos**. Fortaleza/CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.
- BRASIL. **Lei 11.326 de 24 de julho de 2006**, disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2006/lei/11326>>. Acesso em: 22 de mar. 2016.
- CASAGRANDE, Jacir L. **Metodologia da Pesquisa**. Disponível em:<<http://www.unisul.br/wps/portal/home/ensino/especialização-e-mba-em-gestao-de-negocios-tubarao>>. Acesso em 02 de abr. 2016.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- COMUNIDADE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM. **Agricultura familiar e Pronaf**. Fortaleza/CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.
- CONTAG. **19 gritos da terra Brasil**. Disponível em <https://www.contag.org.br> Acesso em 13 de mar. 2016.
- DORNELAS, José Carlos Assis, **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. 5. ed. Rio de Janeiro: Empreende/TC, 2014.
- GAFFURI, Juliana. et.al. **Empreendedores rurais como gestores de negócio para o provimento do desenvolvimento agrícola**. Unioeste - Campus Cascavel, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar e reforma agrária no século xxi**. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2001.
- GUANZIROLI, Carlos Henrique; BUAINAIN, Antônio Márcio; SABBATO, Alberto Di. **Dez anos de Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006)**. Brasília: Rádio Center Salas, 2012.
- HISRICH, Robert D; PETERS, Michael P; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. Tradução Teresa Felix de Sousa. 7ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

_____. **Censo Agropecuário 2006, agricultura familiar**, disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/prtab.asp?c=1109&z=p&o=2&i=p> Acesso em 02 de Abril de 2016

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, F.M. **A gestão eficiente e sustentável da propriedade rural familiar, em Laguna (SC), 2014**. Disponível em <http://www.uniedu..sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Fabia-Mendes-Martins.pdf>. Acesso em: 28 mar.2016.

MIOR, L.C. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Florianópolis, 2007. Disponível em http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20-_Mior.pdf. Acesso em: 03 abr.2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR. 2016. Disponível em: <<http://www.saojosederibamar.ma.gov.br/>>. Acesso em: 25 de mar. 2016

RIBAMAR. In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 15, p. 299-302. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_15.pdf. Acesso em: mai. 2016

RIGON, Silvia do Amaral. **Agricultura Familiar: segurança alimentar e enfrentamento do aquecimento global**. (MDS, 2010). Brasília: MDS, 2010.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia: vol 6, São Paulo: Best Seller, 2001.

SANTOS, Arnaldo (Org.); GOIS, Francisco F. de (Org.). **Microcrédito e DESENVOLVIMENTO REGIONAL**. Fortaleza/CE: Premius, 2011.

SCHUMPETER, Joseph. “**O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico**”. In A Teoria do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: abr. Cultural, 1982.

SEBRAE. **Agricultura Familiar: um bom negócio para o desenvolvimento local**. Brasília: Sebrae, 2014.

SENAR. **Administração da Empresa Rural: ambiente externo/ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**. Brasília: SENAR, 2009.

_____. **Programa de Nacional de Aprendizado**. Disponível em: <<http://www.senar.org.br/programa/abc-cerrado>>. Acesso em: 08 de junho 2016.

SILVA, Nivaldo Pereira da. **A importância do empreendedor rural para capacitar, desenvolver e equacionar estrategicamente os recursos sustentáveis, gerando renda e qualidade de vida.** 2010. Disponível em: <[http://i-uma.edu.br/bllog/wp-admin/Aimportância do empreendedor rural.pdf](http://i-uma.edu.br/bllog/wp-admin/Aimportância%20do%20empreendedor%20rural.pdf)>. Acesso em: 02 de abr. 2016.

SPIES, Airton. **Desafios e oportunidades para o desenvolvimento Sustentável da agricultura familiar.** Revista Agropecuária Catarinense – RAC.v.23,n2,jul.2010.Disponível em http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?Option=com_content&view=article&id=2028:rac-edicao-de-julho-de-2011&catid=46:publicacoes&Itemid=1. Acesso em: 13 de mar. 2016

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de BATALHA, Mário Otávio. Org. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar.** São Carlos: Edufscar, 2005.

VEIGA, J.E. **Diretrizes para uma nova política agrária.** In Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério d Desenvolvimento Agrário, 2000, p.20.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário para avaliação da importância do empreendedorismo rural como propulsor da agricultura familiar na geração de renda e desenvolvimento local nas populações rurais de São José de Ribamar

Nome:

Localização do estabelecimento:

1) Qual a faixa etária:

De 18 a 25 () De 26 a 30 () De 31 a 45 () De 46 a 50 () Acima de 50 ()

2) Qual a sua escolaridade?

Alfabetizado () Ensino Fundamental () Ensino Médio Completo ()

Ensino superior () Analfabeto ()

3) Quantas pessoas residem em sua casa? ()

Faixa etária:

De 0 a 10 anos () Acima de 10 anos () Acima de 20 anos ()

Acima de 30 anos () Acima de 40 anos () Aposentados ()

4) Qual a renda mensal?

De 1 a 2 salários mínimos () Acima de 3 salários mínimos ()

Acima de 4 salários mínimos () Acima de 5 salários mínimos ()

5) Qual a sua atividade?

Pecuária de leite () Pecuária de corte () Suinocultura () Produção de grãos ()

Avicultura () Hortaliças () Fruticultura () Artesanato ()

Outros ()

6) É atendido por algum programa do governo? () Sim () Não

Pode marcar mais de uma opção*.

Bolsa família ()

PAA - Programa de aquisição de alimentos ()

PSF - Programa saúde familiar ()

7) Utiliza ou já usou algum tipo de crédito rural?

() Sim () Não.

Há quanto tempo?

() 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () há mais de 5 anos

8) Qual o destino do crédito: (pode-se marcar mais de uma alternativa)

01. Compra de animais ()

02. Compra de terras ()

05. Máquinas, equipamentos e implementos. ()

08. Outras atividades não agrícolas. Qual (is)? ()

09. Pagamento de serviços ()

10. Outros. Qual (is)? ()

9) Teve alguma dificuldade para pagar o(s) empréstimo(s) ?

() Sim () Não.

Caso a resposta seja "sim", qual dificuldade: (pode-se marcar mais de uma alternativa)

() Baixa produtividade

() Baixo preço de comercialização

() Custo de produção

() Condições de crédito (prazos, juros, etc.)

() Frustração da safra

() Outra. Qual?

10) Com o recebimento do financiamento da sua produção:

() Aumentou () Diminuiu () Permaneceu inalterada.

11) Quanto à sua renda Familiar:

() Aumentou () Diminuiu () Permaneceu inalterada.

12) Você considera a agricultura familiar importante para sua comunidade?

() Sim () Não.

13) Você possui outra fonte de renda além da agricultura familiar?

() Sim () Não.

Se sim, qual?

() Emprego público () Emprego privado () Outro empreendimento () Não possui outra atividade

14) Das tecnologias abaixo quais você utiliza em sua atividade rural?

() Mecanização () Irrigação () Rotação de culturas () Sementes melhoradas
() Vermifugação () Nenhuma tecnologia

15) Em quais aspectos a agricultura familiar tem trazido mudanças para sua vida?

Tipo	
Melhoria da qualidade de vida da família	_
Melhoria na produção agrícola	_
Melhoria na vida comunitária	_
Geração de renda	_
Melhores condições de moradia	_
Outras	_

16) Você já adquiriu algum bem através de seu empreendimento rural?

() Sim () Não.

Se sim, quais?

() Educação para os filhos () Aquisição de eletrodomésticos () Investimento na própria atividade

() Aquisição de meio de transporte () Reforma da residência () Outros

17) Você faz parte de alguma associação/cooperativa?

Sim Não.

Se sim, qual?

18) Avalie sua produção após ingressar na associação/cooperativa;

Melhorou Piorou Se manteve inalterada

19) Como você avalia a importância da agricultura familiar no desenvolvimento da comunidade?

Importante Pouco importante Muito importante

20) Quais são as principais dificuldades para o crescimento do empreendimento?

Pode marcar mais de uma opção*.

Acesso a crédito Acesso a mercado Tecnologia insuficiente Falta de assistência técnica

21) Como acontece a comercialização dos produtos?

Pode marcar mais de uma opção*.

Compra local Municípios vizinhos Feiras locais Outro estado Outro país